



REFLEXÃO

TEOLÓGICA E MISSIOLÓGICA

Vol. 2, No. 2 Outubro 2025
ISSN 2965-5234 (on-line)



betel brasileiro
CETEMIBB

Centro de
Educação
Teológica e
Missiológica

CENTRO DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA E MISSIOLÓGICA BETEL BRASILEIRO

Diretora – Durvalina Barreto Bezerra

A Revista Reflexão Teológica e Missiológica (RTM) é uma publicação do Centro de Educação Teológica e Missiológica Betel Brasileiro. Os pontos de vista expressos nos artigos refletem o juízo dos autores, não representando necessariamente a posição da instituição. Os direitos de publicação desta revista são do Centro de Educação Teológica e Missiológica Betel Brasileiro.

Endereços

Rua Raul de Souza Costa, 790 Alto do Mateus, João Pessoa (PB).
Telefone (83) 9 9342.1913
Site: cetemibb.com
E-mail: contatocetemibb@gmail.com

Rua São Bento, 545, Primeira Sobreloja, Centro, São Paulo (SP)
Telefone (11) 95783-5788
Site: betelbrasileirosp.com.br
E-mail: secretariabetelsp@gmail.com

Endereço Eletrônico: <https://cetemibb.com/reflexao-teologica-missiolologica/>

Reflexão Teológica e Missiológica (RTM) – Estudos e pesquisas em Teologia e Missões v.2, n 2 – revista eletrônica (2025)

Semestral

ISSN 2965-5234 (Online)

1. Teologia 2. Espiritualidade 3. Missões

Editor chefe

Gedimar dos Santos Maia Junior

Conselho editorial

Daniel Mota

Joerley Orlando de Oliveira Cruz

Karoline Evangelista da Silva Paz

Paula Coatti Ferreira

Capa

Tamires Barbosa Seabra Maia

APRESENTAÇÃO

O Centro de Educação Teológica e Missiológica Betel Brasileiro lança a revista *Reflexão Teológica e missiológica (RTM)* – Estudos e Pesquisas em Teologia e Missões de forma eletrônica.

O objetivo da Revista é oferecer à comunidade evangélica, principalmente aos estudantes e professores de seminários e escolas teológicas, artigos e estudos que contribuam para a reflexão e aprofundamento de temas do saber teológico e missiológico.

Ao longo dos anos, monografias, dissertações e teses têm sido produzidas em nossos Seminários e não queremos deixá-los apenas nas prateleiras das nossas bibliotecas, são conteúdos riquíssimos que precisam ser divulgados com vistas à edificação da igreja e à fomentação de pesquisas nas áreas teológica e missiológica. Por esse motivo, a equipe editorial da Revista dedica-se a selecionar e oferecer, a cada edição, uma nova gama de conhecimentos ao público que se interessa nos assuntos aqui elaborados e também está aberta a receber conteúdos de nossos ex-alunos e de teólogos e missiologistas que, embora não façam parte da comunidade betelina, comungam com a proposta das produções da Revista.

Temos o compromisso de manter nossos princípios e valores, e zelar por uma teologia bíblica e comprometida com a missão da igreja.

Agradecemos ao Prof. Me. Gedimar dos Santos M. Junior, editor-chefe, e a cada membro da equipe, que, de forma voluntária, se empenhou na conquista desse ideal do Betel Brasileiro.

Ao sublime Mestre Jesus, a glória e a honra!

Dra. Durvalina Barreto Bezerra
Direção

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos ao leitor o volume II, nº 2, da revista *Reflexão Teológica e Missiológica* (RTM) no seu formato *eletrônico*. Nesta edição serão oferecidos quatro artigos e três resenhas de obras que versam sobre temas relacionados a missões, teologia bíblica e prática ministerial. As produções são fruto do trabalho de professores, alunos e parceiros convidados.

Nesta edição, o primeiro artigo escrito por Me. Wanderson Logiudice, “O que é um evangelho? Biografia teológica de Jesus Cristo”, propõe uma reflexão sobre os Evangelhos como um gênero literário específico, cuja forma, função e estilo são inseparáveis de sua natureza teológica. O segundo artigo escrito por Me. Gláucia Gontijo, “Missão Urbana: leitura etimológica e atuação da igreja na implantação dos valores do Reino de Deus nas cidades à luz das Escrituras”, apresenta uma análise interdisciplinar da missão urbana, relacionando conceitos bíblicos e teológicos à atuação da igreja na cidade. Defende que a missão vai além da evangelização, abrangendo transformação social pautada em amor, justiça e solidariedade. Por fim conclui que a igreja deve testemunhar e promover reformas que expressem os valores do Evangelho no contexto urbano.

O terceiro artigo escrito por Me. Karoline Evangelista da Silva Paz e Silvio Cesar Chiapina Baroni, “Inclusão do ensino do criacionismo no ensino público em paralelo com a exposição do Evolucionismo”, propõe que o criacionismo seja ensinado junto ao evolucionismo nas escolas públicas, destacando que ambas as teorias têm lacunas e bases científicas. A pesquisa demonstra que há uma ampla aceitação da proposta entre pais cristãos e não cristãos. Por fim, a conclusão gira em torno da reflexão de que a exposição das duas visões favorece a liberdade de pensamento e um ensino mais democrático.

A seção de resenhas traz avaliações de três obras importantes para o contexto atual da igreja. O primeiro texto escrito por Me. Adryana Diniz Gomes é uma resenha da obra *Ciência e Religião* de Alister Mcgrath. O segundo texto escrito por Me. Wellington da Silva Barbosa é uma

resenha da obra: *Teologia de Paulo* de Thomas Schreiner. Por fim, Me. Gedimar dos Santos Maia Junior fez uma resenha da obra *Ego transformado: Como Cristo transforma os Dez Mandamentos* de Edmund Clowney.

Avançando com o compromisso da revista em fomentar reflexões a respeito da missão, da vida espiritual e da teologia, entregamos aos leitores esta primeira edição da revista *Reflexão Teológica e missiológica* para a glória de Deus e para edificação da sua igreja.

Gedimar dos Santos Maia Junior
Editor Chefe

SUMÁRIO

ARTIGO

O que é um evangelho? Biografia teológica de Jesus Cristo..... 09

Me. Wanderson Logindice

Missão Urbana: leitura etimológica e atuação da igreja na implantação dos valores do Reino de Deus nas cidades à luz das Escrituras..... 18

Me. Gláucia Gontijo

Inclusão do ensino do Criacionismo no ensino público em paralelo com a exposição do Evolucionismo..... 27

Me. Karoline Evangelista da Silva Paz & Silvio Cesar Chiapina Baroni

RESENHA

Ciência e Religião (Alister Mcgrath) 39

Me. Adryana Diniz Gomes

Teologia de Paulo. (Thomas Schreiner) 45

Me. Wellington da Silva Barbosa

Como Cristo transforma os Dez Mandamentos (Edmund Clowney) 48

Me. Gedimar dos Santos Maia Junior

O que é um evangelho? Biografia teológica de Jesus Cristo

Wanderson Logiudice¹

RESUMO

Este texto propõe uma reflexão sobre os Evangelhos como um gênero literário específico, cuja forma, função e estilo são inseparáveis de sua natureza teológica. Longe de serem apenas “boas notícias”, os Evangelhos são apresentados como biografias teológicas que narram a vida, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo sob diferentes perspectivas narrativas e confessionais.

PALAVRAS-CHAVE

Evangelho; Biografia;
Cristologia; Literatura.

Neste artigo, propõe-se argumentar que o evangelho é uma biografia teológica. O termo evangelho é considerado um gênero biográfico teológico sobre a vida de Jesus Cristo. Enquanto os evangelistas escreviam suas obras, eles faziam teologia ao mesmo tempo, isto é, eles ensinavam sua comunidade sobre a pessoa de Jesus Cristo, mas também pastoreavam a sua comunidade. Afinal de contas, o povo sofria muitas coisas em relação ao governo político de sua época. Por isso, era considerável o cuidado com as pessoas em relação a sua fé.

Biografia pode ser considerada o relato sobre alguém familiarizado com uma pessoa histórica, dando certos relatos de seus feitos, palavras e condutas no decorrer de sua vida na terra. Sendo assim, biografia é uma narrativa sobre a vida de uma pessoa real.

I. Evangelho como biografia teológica

Os gêneros literários têm uma forma, função e estilo de comunicar um conteúdo. Portanto, os gêneros textuais de acordo com o pensamento do autor expressam seu estilo teológico. Evangelho não significa apenas boas notícias, mas biografias teológicas.

“Marcos foi o primeiro a usar o termo “evangelho” (*euangelion*) para essas poderosas biografias de Jesus (1.1,15)” (OSBORNE, 2019, p. 1). A tradição oral sobre Jesus foi algo importante durante os anos do cristianismo. Esse gênero literário caracterizou o movimento dentro do judaísmo do Segundo Templo.

De acordo com Dunn (2017, p. 73):

¹ Bacharel em Teologia pelo Seminário Betel Brasileiro (Santo André); Graduado em Letras pela FAVENI (SP); Pós-Graduado em Novo Testamento pelo Seminário Jonathan Edwards; Mestre em Hermenêutica e Pregação Bíblica pelo Seminário Betel Brasileiro (São Bento – SP); Mestre em Teologia Bíblica no Novo Testamento pelo Seminário Jonathan Edwards; Pós-Graduando em Língua Portuguesa e Literatura pelo Mackenzie (SP).

Um dos principais desenvolvimentos nos primeiros quarenta e tantos anos de cristianismo foi a transição da tradição oral sobre Jesus para o evangelho escrito. Para a história do cristianismo, a importância desse desenvolvimento dificilmente poderá ser exagerada. Estamos falando do estabelecimento de um novo gênero no âmbito da literatura antiga, o “*Evangelho*”, ou, mais precisamente, o Evangelho cristão. Ainda mais importante foi que esse novo gênero definiu e distinguiu tanto quanto caracterizou o novo movimento dentro do judaísmo do Segundo Templo como nenhum outro desenvolvimento o fez.

A forma literária é uma arte pelo fato de que os autores escolheram determinadas passagens, ritmo da narração nos pequenos movimentos de um diálogo, e composições para transmitir um conteúdo, no qual é encontradas nas estruturas do texto.

Antes dos Evangelhos terem sido escritos, eles eram uma proclamação oral dos ensinamentos e da ressurreição de Jesus Cristo. Porém, a palavra Evangelho adquiriu um sentido único conforme os anos. Kermode e Alter (1997, p. 404) argumentam:

[...] a palavra evangelho é encontrada no plural, indicando que as pessoas já não pensavam nos quatro meramente como versões diferentes de um evangelho, mas como quatro Evangelhos. Certamente havia mais do que quatro, mas apenas quatro foram acolhidos e é deles, e não das obras apócrifas sobreviventes que levam o nome de evangelhos, que derivamos nossa aceção do que seja um evangelho.

Craig S. Keener (2020, p. 37) ainda sustenta que:

Algumas maneiras de classificar os Evangelhos não sobreviveram ao tempo. Para alguns estudiosos antigos da literatura grega erudita do período clássico, os Evangelhos estavam mais para a literatura popular que para “literatura erudita”. Estudos posteriores, contudo, revelaram que a literatura da época variava bastante entre as modalidades popular e erudita, e muitas vezes a literatura erudita era imitada pela popular. Os próprios Evangelhos abrangem tanto o estilo rude de Marcos quanto o estilo às vezes bastante sofisticado de Lucas.

Todos os materiais dos quatro Evangelhos foram transmitidos no interior da comunidade de fé e vistos na perspectiva do Senhor ressuscitado. Os escritores dos Evangelhos são bem criativos ao desenvolver seu estilo literário. Eugene Boring (2026, p. 860) afirma que,

O autor de uma narrativa deve escolher que tipo de narrador contará a história. Os escritores dos Evangelhos e, presumivelmente, os seus antecessores, os pregadores e contadores de histórias sobre Jesus, no período pré-evangelho da tradição oral, todos escolheram o “narrador onisciente”. Esse narrador pode estar em toda parte, sabe de tudo, é o observador silencioso e ouvinte de cada conversa, e permite que o leitor faça o mesmo.

Essa estrutura literária, à qual o próprio escritor nos dá acesso, é algo formidável. Por exemplo, o narrador deixa o leitor ouvir a conversa privada entre Nicodemos e Jesus (Jo 3.1-21); a conversa entre a mulher samaritana e Jesus (Jo 4.1-26); e a oração de Jesus no Getsêmani, quando os discípulos estavam dormindo (Mc 14.32-42). Observamos que o próprio escritor tem as suas formas de acrescentar uma história privada. São quatro Evangelhos com quatro vozes distintas

apresentando conversas privadas, organizando as histórias e particularidades de acordo com as perspectivas de cada um. Conforme Carson (2012, p. 213-214):

Essa é a razão por que os quatro evangelhos (os primeiros quatro livros do Novo Testamento: Mateus, Marcos, Lucas e João) são tão difíceis de serem classificados. Pessoas escreveram volumes eruditos sobre o gênero de literatura em que eles se enquadram. É uma tragédia? Bem, Jesus ressuscitou dos mortos, e isso não parece trágico. No aspecto literário, os evangelhos são comédia? Eles são de espécie diferente. São muito sérios para serem comédia: a centralidade da cruz, o que foi realizado e a atrocidade bárbara da cruz em meio ao seu esplendor – os evangelhos não podem ser reduzidos a categoria de uma única palavra. Eles são biografias? Isso é talvez o mais próximo que você pode chegar de uma qualificação apropriada. Um evangelho do Novo Testamento é, de algum modo, similar às biografias helenistas do século I, eu suponho. Mas não há outras biografias helenistas do século I em que o enredo diz morrer é a razão pela qual o personagem central veio. Os evangelhos do Novo Testamento parecem muito diferentes de seus análogos helenísticos do século I.

Todos os relatos que os quatro escritores apresentam são uma só narrativa e o protagonista principal é Jesus Cristo. Cada escritor dá sua perspectiva dos momentos da vida de Cristo, pois, o Evangelho é um exemplar único e de gênero único.

De acordo com João Ângelo Oliva Neto², ao escrever o prefácio da excelente obra do Marcelo Musa Cavallari (2020, p. 12) sustenta:

Ora, tal unicidade como estratégia narrativa é de todo adequada à condição do próprio Cristo, o filho unigênito de Deus. Tenha o leitor em mente que a narração da vida e da morte de uma personagem a tal ponto singular requereu uma linguagem e uma forma narrativa, bem entendido, um “gênero” também ele inaudito, novo e, portanto, singular, a que se chamou “evangelho.

Contar a vida de Jesus Cristo requereu uma forma de gênero para que os leitores compreendessem o sentido do anúncio das boas novas do Filho de Deus. Comparar o Evangelho com os gêneros antigos é essencial, isto é, escritos em prosa, narram todos a vida de Jesus, mas não narram a vida inteira de Cristo, apenas aquilo que é mais significativo em vista do fim. Por exemplo, apenas Mateus e Lucas narram a infância de Cristo conforme suas perspectivas, mas todos os quatro narram as dores, sofrimento, morte e ressurreição de Jesus.

Os evangelistas apresentam Jesus como herdeiro e continuador do que se narra no Antigo Testamento, ou seja, ele é Filho de Deus. “O gênero antigo que mais se aproxima dos Evangelhos talvez seja o que os gregos e depois os romanos chamavam “vida” (*bios*, em grego, e em latim, *vita*), a que chamamos “biografia”” (CAVALLARI, 2020, p. 12). Sendo assim, vida é um dos vários subgêneros do amplo gênero antigo, na qual é chamada hoje de história ou historiografia, e nela são narradas as ações mais importantes da vida de alguém para que se conheça seu caráter.

² CAVALLARI, Marcelo Musa. Os Evangelhos: Uma Tradução. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020.

Os Evangelhos não são biografias no sentido moderno, “os evangelhos não nos dão uma descrição da aparência de Jesus, ou os acontecimentos de sua vida em ordem cronológica exata” (BORING, 2016, p. 921). Os Evangelhos eram biografias no antigo sentido helenístico, pertencentes ao gênero de “*bioi*” (vidas).

Para isso Boring (2016, p. 924) afirma que:

No mundo antigo, ninguém nunca se referiu aos evangelhos como “biografias”. Em termos de gênero literário, os evangelhos não se encaixam facilmente em qualquer categoria já conhecida no mundo helenístico. Isso não quer dizer que eles eram absolutamente únicos. A comunicação requer algum reconhecimento em termos de gêneros conhecidos.

É importante observar as características distintas que existiam entre outros tipos de literatura da época, algo que nos tempos antigos era chamado de “*kerigma*”. “Marcos e seus sucessores são composições kerigmáticas, centradas na atuação de Deus no evento-Cristo, e não – em contraste com as *bioi* – sobre a “essência” ou “caráter” de Jesus” (BORING, 2016, 924). Isso serve para mostrar que Marcos não está interessado principalmente com a apresentação de uma série de histórias que comunicam qual tipo de pessoa Jesus Cristo é, mas contar a história de Jesus de uma forma que seja possível comunicar o ato salvífico de Deus.

Ainda segundo Boring (2016, p. 924):

Jesus aparece em quase todas as cenas nos evangelhos. No entanto, a história não é sobre Jesus em si, mas sobre Jesus como o Cristo, o único através do qual Deus age. Há um sentido real no fato de que os evangelhos não são sobre Jesus, mas sobre Deus. O ato cultural da proclamação do evangelho no contexto do culto cristão distingue-se das *bioi*, que não foram compostas para esse ambiente e função.

Deus está agindo na história por meio do seu Filho, Jesus Cristo. No sentido de gênero literário como biografia teológica, os evangelistas comunicam como Deus age. Os leitores são levados a contemplar o Deus encarnado no Evangelho, um Deus que andou no meio de sua criação, manifestou seu poder contra os demônios, curou pessoas, morreu e ressuscitou. Os leitores contemplam um Deus em ação.

Outro elemento distinto no gênero literário do Evangelho é aquilo que Boring chama de unidades querigmáticas da tradição. Para esse raciocínio Boring (2016, p. 924) sustenta que:

“Os ditos e histórias dos quais os evangelhos são compostos não foram recolhidos a partir de fontes aleatórias e memoriais, mas foram filtrados através da vida da comunidade”.

Cada unidade da tradição já havia funcionado com o seu propósito querigmático e didático de proclamar e instruir. O contexto narrativo do Evangelho, as pequenas histórias e ditos funcionavam como uma espécie de proto-evangelho que fez a sua própria afirmação teológica. Para Boring (2016, p. 924): “o que muitas vezes inclui uma perspectiva sobre cristologia e o significado do discipulado”. A forma literária do Evangelho é uma combinação de unidades

tradicionais, de forma que o Evangelho como um todo parece ser um tanto episódico, mas não meramente anedótico.

A narrativa que é desenvolvida nos Evangelhos não serve apenas para contar a história de Jesus como um relato de um grande homem, mas como o Cristo de Deus. Por exemplo, o Evangelho de Marcos narra um segmento de uma linha completa que se estende desde a criação até a ressurreição. O Cristo é o enviado de Deus no clímax da história para estabelecer o reino de Deus.

A história é vista em perspectiva escatológica, como o Messias enviado como aquele que cumpre e redime a história. Uma vez que a vida de Jesus é retratada como segmento definitivo da linha histórica da redenção, a história de Jesus não é relatada por completo, ou seja, dentro da história, dentro de uma vida, o significado de toda a história é revelado, uma imagem antes da vitória escatológica do reino de Deus. “Isso é fundamental para a confissão “Jesus é o Cristo”. O tipo de narrativa adequada a esta confissão é o evangelho” (BORING, 2016, p. 925).

A figura de Jesus nos Evangelhos é retratada como uma figura histórica, ou seja, é uma figura histórica no sentido passado, porque os acontecimentos da vida de Cristo e seus ensinamentos são vistos e ouvidos na perspectiva da fé e ressurreição, e transcendental ao sentido presente, ou seja, continua atuando. Esta é a consequência literária da fé em que Deus fez ressurgir dos mortos a Jesus. “Isso também contrasta com as *bioi* helenísticas, como a vida de Sócrates” (BORING, 2016, p. 926). Esta ideia surge porque Sócrates era considerado imortal, pois, sobreviveu à morte e que habitava no mundo pós-morte, porém, isso era algo diferente da fé dos primeiros cristãos na ressurreição de Jesus Cristo.

Conforme os Evangelhos, é nítido observar que Jesus Cristo foi morto e ressuscitado, exaltado a uma nova ordem de ser, que ele foi feito Senhor do universo e que ele é o princípio e a garantia do evento escatológico. Sua vida continua em um sentido real, como a presença de Deus e a presença do Espírito Santo na comunidade dos cristãos. Para Boring (2016, p. 926):

Nas *bioi*, a história do herói é contada a fim de manter viva sua memória. Nos evangelhos, Jesus está vivo, independente da história, e continua a agir e falar no mundo do leitor. Assim, o Jesus dos evangelhos fala após a audiência prevista na narrativa, falando sobre suas lideranças ao leitor implícito de tal forma que a história local relatada no quadro pré-pascal. Tal maneira de compor uma história depende da fé que os primeiros cristãos tinham na ressurreição, e não tem paralelo nas *bioi* helenísticas.

Uma categoria teológica que é vista nos Evangelhos é a Cristologia. Os Evangelhos são textos essencialmente cristológicos, expressando na forma narrativa os temas que já haviam se tornado importantes na confissão cristã autêntica, e que viriam a ser praticados nos credos clássicos e confissões. “[...] todos os quatro buscavam promover a visão cristã de Jesus como uma figura excepcional, o singular veículo dos propósitos redentores de Deus” (HURTADO, 2012, p. 369).

Os autores dos Evangelhos viam seus escritos como parte de uma atividade cristã primitiva mais ampla de proclamação, fortalecimento dos convertidos, defesa da fé e formação de identidade comunitária. Larry W. Hurtado (2012, p. 320) sustenta:

Mas associar um escrito com esse ou aquele gênero literário não significa que ele é em todos os aspectos igual a outros daquele gênero. Como já observado, juízos sobre o gênero envolvem os conteúdos, a forma e a pretendida função de um escrito, e em quase todos os gêneros há muitos exemplos que mostram aspectos que os distinguem e variações interessantes dos padrões gerais, especialmente em forma e conteúdo.

Isso faz compreender melhor os Evangelhos como gêneros literários nos tempos antigos. Evangelhos têm uma série de semelhanças formais com vários exemplos de escritos bios da era greco-romana. Nos Evangelhos canônicos, esses vários tipos de discursos sobre Jesus foram reunidos em narrativas mais amplas, contínuas e de caráter biográfico, onde cada Evangelho ofereceu um retrato e uma versão sobre Jesus Cristo.

Ainda segundo Hurtado (2012, p. 373):

As crenças que os impulsionaram e que buscaram promover, inclusive afirmações sobre o significado singular de Jesus, diferiam radicalmente das bases filosóficas da antiga biografia grega.

Por isso, os evangelistas escreveram relatos de Jesus que fossem além dos objetivos costumeiros do gênero, sendo assim, os Evangelhos se constituem da literatura bios.

Outro elemento importante de observar é a genealogia nos Evangelhos, por exemplo, no Evangelho de Mateus, a genealogia de Jesus e esse subgênero era a narrativa antiga em que se indicava a descendência de uma pessoa, “sua independência, genealogia acabou por tornar-se parte de outras espécies historiográficas na Grécia dos séculos VI-V a.C.” (CAVALLARI, 2020, p. 12). As genealogias são uma característica que confere uma forma de biografia. A leitura dos Evangelhos é relevante, pois a ótica que eles têm é de apresentar a humanidade do Deus homem que segundo os Evangelhos, Jesus Cristo foi de fato. As genealogias de Mateus e Lucas são obras compostas independentemente uma da outra pelos autores.

De acordo com Hurtado (2012, p. 372):

O fato de que ambos os autores optaram independentemente por incluir uma genealogia de Jesus sugere que cada um deles buscou conscientemente ampliar assim o padrão evangélico presente em Marcos com um material biográfico mais completo.

Evangelho nas redações de Marcos, Mateus, Lucas e João é a fonte de tudo o que se sabe de confiável sobre essa vida e seus ditos. Para esse argumento Cavallari (2020, p. 18) ainda sustenta:

O Evangelho é literatura e sua leitura, a fruição de seu texto tal como seus autores o compuseram, com a ordem, a extensão, a intenção e o ritmo que lhes são inerentes têm que fazer parte da experiência do que os cristãos vêm considerando, há dois milênios, o contato com a Palavra de Deus (CAVALLARI, 2020, p. 18).

É possível ver no Evangelho sentido, gramática, estilo, sintaxe e pensamento teológico. Uma perspectiva literária tem seu início na convicção de que os Evangelhos são histórias. O leitor deverá se atentar para os conflitos que fazem parte dos conjuntos dessa história, por exemplo, o cenário que ocorre os acontecimentos, o ponto de vista pelo qual a história é contada, estilo, escolhas dos detalhes e as características do mundo narrativo que o Evangelho constrói para o leitor.

As histórias sobre a vida de Jesus foram seletivas e organizadas pelos autores. Marcos, Mateus, Lucas e João produziram seus livros com certas características destacadas. Por que quatro Evangelhos? Deus não poderia ter dado apenas um? Cada escritor dos Evangelhos tem sua própria perspectiva diferente do outro, por exemplo, a visão que Marcos tem de Jesus, não é a mesma de Mateus; a perspectiva que Lucas tem de Jesus, não é a mesma visão que João tem de Jesus; sendo assim, cada Evangelho cria seu próprio mundo narrativo. Em Mateus certos detalhes judaicos em que as profecias e as práticas religiosas do Antigo Testamento são apresentadas, o que não se vê em Marcos com tanta intensidade.

Os quatro Evangelhos são as fontes mais antigas para saber sobre a vida de Jesus. Esses quatro evangelhos foram aceitos pelos primeiros cristãos como as melhores fontes sobre a vida e mistério de Jesus Cristo. sendo assim, temos quatro vozes distintas que dão informações preciosas sobre Jesus Cristo. Deus é generoso demais em nos conceder quatro pessoas diferentes, com personalidades diversas falando da mesma pessoa, o chamado Jesus, em um único gênero literário, a saber, o Evangelho. No tópico seguinte corresponde tratar das vozes distintas do Evangelho.

Considerações finais

Evangelho é uma biografia teológica, no qual apresenta a vida, ministério, morte e ressurreição de Jesus Cristo. Um detalhe importante sobre as biografias antigas, é que apenas a biografia de Jesus, apresenta ele morrendo e ressuscitando. E isso serve para nos mostrar que o Jesus que amamos e servimos está vivo e voltará para buscar a sua igreja. Tanto imperadores dos tempos antigos quanto pessoas mais atuais, no qual tiveram suas vidas registradas por meio desse gênero literário, que é a biografia, tem uma diferença, eles continuam mortos, mas Jesus Cristo, ele não está morto, mas vivo, governando o mundo com o seu poder. Com uma palavra, Jesus é capaz de acalmar os ventos e mares, assim como foi registrado em Marcos, Mateus e Lucas, mas com uma palavra, ele é capaz de fazer muitas coisas conforme a sua vontade.

O artigo foi recebido em: 10/03/2025 e aprovado em: 02/10/2025.

Referências bibliográficas

- ALTER, Robert e KERMODE, Frank. Guia literário da Bíblia. São Paulo: Fundação editora da Unesp, 1997.
- BORING, M. Eugene. Introdução ao Novo Testamento: História, literatura e teologia – Vol II. São Paulo: Paulus, 2015.
- CAVALLARI, Marcelo Musa. Os Evangelhos: Uma Tradução. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020.
- CARSON, D. A; MOO, Douglas J; MORRIS, Leon. Introdução ao Novo Testamento. São Paulo: Vida Nova, 2012.
- DUNN, James D.G. Jesus, Paulo e os Evangelhos. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- OSBORNE, Grant R. Marcos. São Paulo: Vida Nova, 2019.
- HURTADO, Larry W. Senhor Jesus Cristo: Devoção a Jesus no Cristianismo Primitivo. Santo André: Academia Cristã/Paulus, 2012.
- KENNER, Craig S. Comentário histórico-cultural da Bíblia: Novo Testamento. São Paulo: Vida Nova, 2020.

Missão Urbana: leitura etimológica e atuação da igreja na implantação dos valores do Reino de Deus nas cidades à luz das Escrituras

Gláucia Gontijo¹

RESUMO

Este artigo propõe uma leitura interdisciplinar sobre a missão urbana, articulando etimologia básica dos termos Missão, Urbana, Cidade e Igreja com a compreensão bíblica da *Missio Dei*. A partir de passagens-chave (p ex. Jonas 3, (Mt 28.19-20; Mt 9.35-38; Lc 4.18-19; Jo 3.16; Atos 1; Apocalipse 21) e de referências teológicas, discute-se a origem divina da missão, o papel da igreja na implantação dos valores do Reino de Deus na cidade e os impactos dessa atuação sobre as vidas urbanas. O texto sustenta que a missão urbana não se reduz à proclamação da salvação, mas envolve a transformação social baseada em amor, justiça, misericórdia e solidariedade, em consonância com a visão bíblica de uma cidade sob a égide do cuidado divino. Propõe-se, ainda, que a igreja, ao agir no espaço urbano, testemunha e transforma a sociedade, promovendo reformas que reflitam os princípios do Evangelho no cotidiano das cidades.

PALAVRAS-CHAVE

Missão urbana; Igreja;
Reino de Deus; Cidade;
Missio Dei, Bíblia,
Etimologia.

A presente pesquisa propõe compreender a “missão urbana” a partir de uma fundamentação etimológica e teológica. A partir da ideia de *Missio Dei*, aponta-se que a missão da igreja transcende o anúncio da salvação e envolve a implantação de valores do Reino de Deus na sociedade, especialmente no contexto urbano. A análise utiliza referências bíblicas (Mt 28.19-20; Mt 9.35-38; Lc 4.18-19; Jo 3.16) e fontes teológicas relevantes para discutir a atuação da igreja nas cidades, seus impactos sociais e o papel de agentes formadores de cultura. A seção seguinte apresenta conceitos-chave e a base epistêmica do estudo.

I. Conceituação etimológica

Não há dúvida de que a Bíblia revela Deus enviando diversas pessoas para cumprir a Missão Divina (*Missio Dei*). Segundo o autor do livro *Cidades do Interior*, a missão da igreja vai além do simples anúncio da salvação; ela também implica na implantação dos valores do Reino de Deus pela igreja na sociedade. Inspirando-se no ministério público e particular de Cristo, assim como na sua atuação entre seus discípulos e apóstolos, durante o exercício de sua missão, é possível perceber que vidas

¹ Neide Gláucia Maneiva Gontijo. Bacharel em Teologia com Especialização em Missiologia. Licenciatura em Educação Religiosa. MBA em Gestão de Pessoas e liderança. Especialização em Teologia Avançada pelo Centro de Pós-graduação do Betel Brasileiro. Bacharelado em Pedagogia pela Faculdade UNINASSAU/PB. Mestranda em Missiologia Urbana e Estudos Interculturais Especialização em Missiologia. Professora de Teologia Bíblica de Missões VT e NT; História das Missões e Mulheres na História e Missões. Secretária Executiva do Centro de Pós-Graduação do Betel Brasileiro 2ª Secretária do CETEMIBB (Centro de Educação Teológica e Missiológica do Betel Brasileiro).

foram transformadas: pessoas doentes, coxas e cegas receberam cura (Mt 8.16-17; Lc 7.22), demônios foram expulsos e humilhados (Mc 1.23-26; Lc 8:2), e tanto os pobres quanto os ricos tiveram acesso à pregação e atenção à mensagem de Jesus (Lc 4.18-19; Mc 10. 21). Além disso, pecadores encontraram perdão, amor e a oferta de salvação — uma demonstração prática dos valores do Reino de Deus na terra (Lc 15.11-32; Jo 3.16; Mt 9.10-13). Tudo isso ocorreu dentro de um contexto de missão urbana.

1.1 *Missão*

A palavra “missão” tem origem no latim, derivando do termo *mittere*, que significa “enviar”, “mandar” ou “remeter”.² A partir deste verbo, surgiu o substantivo *missio*, que originalmente indicava a ação de enviar alguém para cumprir uma tarefa ou encargo. No contexto clássico romano, *missio* referia-se a uma missão oficial, uma incumbência confiada a alguém com autoridade para realizar determinada função.³

Na esfera teológica, o termo “missão” passou a designar o conjunto de pessoas ou instituições encarregadas de cumprir uma tarefa específica relacionada à propagação da fé cristã. Assim, a missão refere-se tanto ao encargo de evangelizar, quanto à ação de estabelecer comunidades cristãs e anunciar as boas novas de salvação. Segundo David J. Bosch, a missão é entendida como “o esforço organizado da Igreja para cumprir a Grande Comissão de Jesus Cristo, anunciando o evangelho a todas as nações”:⁴

Jesus, aproximando-se, falou-lhes, dizendo: Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra. Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado. (Mt. 28.19-20)

Segundo autores renomados na área teológica/missiológica, a compreensão da missão da igreja abrange diferentes aspectos e ênfases. George W. Peters, em sua obra *O Evangelho Eterno* define missão como: “a igreja como enviada, peregrina, estrangeira, testemunha, serve, sal, luz”, destacando a natureza itinerante e testemunhal da missão cristã.⁵ Christopher J. H. Wright, em *A Missão de Deus: Desvendando a Grande Narrativa da Bíblia*, afirma que “a missão é a participação do povo de Deus no propósito redentor de Deus para toda a criação”,⁶ enfatizando o envolvimento ativo da comunidade de fiéis no plano de Deus para a restauração de toda a criação.

² LEWIS, C. short, & Short, C. (1879). *A Latin Dictionary*. Oxford: Clarendon Press. p. 418.

³ BAILEY, K. (2000). *The Mission of God: Unlocking the Bible's Grand Narrative*. Downers Grove: InterVarsity Press. p. 214.

⁴ BOSCH, D. J. (1991). *Transforming Mission: Paradigm Shifts in Theology of Mission*. Maryknoll: Orbis Books. p. 390.

⁵ PETERS, George W. *O Evangelho Eterno*. Grand Rapids: Eerdmans, 1954, p. 29.

⁶ WRIGHT, Christopher J. H. *A Missão de Deus: Desvendando a Grande Narrativa da Bíblia*. Grand Rapids: Zondervan, 2006, p. 124.

Por sua vez, John Stott, em *A Igreja Viva: Convicções de um Pastor para Toda a Vida*, declara que “missão é tudo o que a igreja é enviada ao mundo para fazer, incluindo evangelização e responsabilidade social”,⁷ abrangendo tanto o anúncio do evangelho quanto o compromisso com a justiça social.

1.2 Urbana

A palavra “urbana” tem origem no latim “*urbanus*” que significa relativo à cidade ou pertencente à cidade. Etimologicamente, “*urbanus*” deriva de “*urbs*,” que significa cidade. Portanto, o sentido etimológico de “urbana” está ligado a tudo que é próprio, característico ou relacionado à cidade ou ao ambiente urbano.⁸

1.3 Cidade

A palavra cidade tem origem no latim *civitas*, cujo significado original é “condição de cidadão”, derivado do termo *cives*, que pode ser traduzido como “homem que vive na cidade” ou “cidadão”.⁹ Também é um aglomerado de pessoas em certa parte e espaço geográfico, no qual surgem, se estabelecem e se desenvolvem diversos ofícios e variadas relações de ordem social, econômica, cultural, administrativa, educacional, científico-tecnológicas, entre outras. É um centro de distribuição de serviços (educação, saúde, moradia, transporte, emprego e lazer); centro de poder (onde estão os governos, a casta sacerdotal e os grupos econômicos); e centro das relações humanas (espaços, construções e vias de seus habitantes e transeuntes).¹⁰

1.4 Igreja

A palavra “igreja” tem sua origem na palavra grega *ἐκκλησία* (*ekklesiá*), que significa “assembleia ou congregação”. Essa palavra foi adotada na língua latina como “*ecclesia*” e, posteriormente, entrou no português como “igreja”. A origem da *ἐκκλησία* remonta ao grego antigo, onde era usada para designar uma assembleia de cidadãos convocados para discutir assuntos públicos. Segundo o Dicionário de Etimologia da Língua Portuguesa, a palavra “igreja” evoluiu do latim *ecclesia*.¹¹ Na tradição cristã, “igreja” passou a designar o conjunto dos fiéis ou o edifício onde se realiza o culto. Para o teólogo evangélico Hernandes Dias Lopes, a palavra “igreja” refere-se ao povo de Deus, uma comunidade formada por aqueles que creem em Jesus Cristo como Senhor e

⁷ STOTT, John. *A Igreja Viva: Convicções de um Pastor para Toda a Vida*. Downers Grove: InterVarsity Press, 1990, p. 119.

⁸ HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 2001

⁹ MENDES, Marcos. *Igreja e cidade: vocação e missão*. Ultimato, 2020, p. 11

¹⁰ MENDES, Marcos. *Igreja e cidade: vocação e missão*. Ultimato, 2020, p. 12

¹¹ FERREIRA Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário de etimologia da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

Salvador. Ele destaca que a origem da palavra nos remete à ideia de uma assembleia convocada por Deus para cumprir Seus propósitos.¹²

Mas, você pode até estar a perguntar: - O que tudo isso tem a ver com o tema e com a pesquisadora? Nesse artigo, vamos olhar para um Deus que é totalmente missionário em seu Ser e Natureza. Um Deus que se importa com a cidade, e para o cumprimento de Sua Missão (*Missio Dei*) na terra convoca seu povo para ir ao contexto urbano para o cumprimento da Missão. Sabe-se que Deus como agente da *Missio Dei*, segundo os Seus Eternos Propósitos Salvíficos, desde Genesis a Apocalipse, demonstra fatos claros de Suas ações em Missão para com o homem, para povos, nações e cidades. Vejamos, após a queda relatada em (Gn. 3. 1-24); Deus chama o homem para dar-lhe uma nova oportunidade, para salvá-lo do pecado (Gn. 3.9), para dar-lhe uma nova esperança. Em (Gn. 3.8,21) Deus vai ao homem, representando sua iniciativa divina em buscar e restabelecer o Seu relacionamento com a humanidade. Em (Gn. 3.8), Deus passeia no jardim ao entardecer, indicando Sua presença próxima e a busca pelo homem que se escondeu devido ao pecado. Já em (Gn. 3.21, Deus faz roupas para Adão e Eva, demonstrando cuidado e provisão após a sua queda, simbolizando na *Missio Dei*, que a missão de Deus não é apenas uma resposta passiva às ações humanas, mas uma iniciativa ativa de Deus que busca reconciliação, restauração e comunhão com a humanidade, o perdido pecador.

Deus vai ao homem, demonstrando Seu amor, misericórdia e desejo de restauração da relação rompida pelo pecado, evidenciando que Sua missão é fundamentalmente uma missão de amor, que começa com a iniciativa divina de buscar e salvar o que se havia perdido, estabelecendo um relacionamento restaurador com Seus filhos. Em (Gn. 12.1-3) Deus chama o homem para abençoar a outros, e através de Abraão Deus vai fazer missões demonstrando o seu interesse pelos povos da terra. Ao observarmos a narração histórica do livro de Jonas foco dessa lição, vemos Deus insistindo com um vocacionado, o Profeta Jonas, (Jn 1; 2; 3.2-3), para que um povo, uma cidade; para que vidas fossem alcançadas, libertas e restauradas (Jn 4.11), pois, Ele (Deus) é quem envia os Seus agentes para restaurar culturas, transformar contextos sociais, vidas e cidades, sempre numa perspectiva redentora e reconciliadora.

1.5 Fundamentos teológicos

Os fundamentos teológicos são:

- A Missão de Cristo: Mt 28.19-20; Mt 9.35-38; Lc 4.18-19; Jo 3.16; Mc 1.34.
- A Missão como ação coletiva da igreja no mundo: impacto social, justiça e serviço.

¹² LOPES, Hernandes Dias. A Igreja de Cristo: essência e missão. São Paulo: Igreja Cristã Evangélica, 2014, p. 45.

- A relação entre *Missio Dei* e contextualização da fé na cidade.

II. A missão urbana tem sua origem em Deus

“[...] Ora, Nínive era cidade mui importante diante de Deus [...]” (Jn 3:3b). Quando falamos sobre a natureza da Missão Urbana – sua origem e significado — podemos afirmar que ela está intrinsecamente centrada em Deus, em Seus atos soberanos. O verso bíblico citado demonstra isso. Embora o termo não apareça explicitamente na Bíblia, sua etimologia remete às ações de Deus, especialmente na perspectiva redentora ao tratar com povos, nações e etnias em um contexto urbano, marcado pelo pecado, desobediência, e valores que precisam ser restaurados pelo poder libertador do Evangelho, que é poder de Deus para a salvação e libertação de todo aquele que crê. (Rm. 1.16). Na abordagem dos (Vs.1 a 3) desse capítulo, pode-se considerar a aplicabilidade da mensagem a partir do *modus vivendi*, cultura, contexto e dinâmica social da cidade, refletindo uma compreensão integral de como Deus atua na esfera urbana para redimi-la.

Verdadeiramente, é fascinante perceber o olhar de compaixão de Deus pela cidade de Nínive, compreendendo que esse sentimento faz parte de Sua essência, e se manifesta especialmente na Sua missão, também nas áreas urbanas. O autor Mendes afirma que a Bíblia apresenta cerca de 1.200 referências às questões pertinentes à cidade¹³.

Verdadeiramente o relato bíblico de (Jn 3:3b) revela que a cidade de Nínive tinha um significado especial para Deus, e que o profeta Jonas foi enviado a essa grande cidade, capital da Assíria, para proclamar uma mensagem de juízo, porém, com uma abordagem de esperança. Deus demonstra a Jonas o quanto ele amava aquela cidade, e que tinha interesse e cuidado para com ela, pois, nela havia vidas, pessoas carentes do seu amor, perdão, misericórdia e salvação. “e não hei de eu ter compaixão da grande cidade de Nínive, em que há mais de cento e vinte mil pessoas, que não sabem discernir entre a mão direita e a mão esquerda, e também muitos animais? (Jn. 4.11).

Para Tim Keller em seu livro ‘Porque Deus fez Cidades’ “Quando Deus olha para a cidade, ele sente amor. Quando vê a diversidade, os números, a perdição, ele diz: “-Eu choro por isso, você também Jonas?” Deixe-me colocar dessa forma, Jonas foi para Nínive para desenvolver sua carreira de profeta. Foi o seu maior púlpito, mas ele não amou o povo para o qual estava pregando. Ele foi para usar a cidade, não para amá-la ou edificá-la”¹⁴.

Deus almeja que as cidades sejam percebidas, contempladas e amadas à maneira como Ele as vê e as ama. Essa visão revela a profunda missão que nos foi confiada: enxergar as cidades com os olhos do coração divino, reconhecendo nelas lugares de potencial, esperança e

¹³ MENDES, Marcos. Igreja e cidade: vocação e missão. Ultimato, 2020, p. 14.

¹⁴ KELLER, Tim. Quando Deus olha para a cidade. 1993, p.19.

transformação. Somos chamados a agir com responsabilidade e dedicação, promovendo o bem-estar e a justiça nas comunidades urbanas. Há vidas nas cidades em busca de solução e respostas para suas aflições, dores e desesperos. Corações vazios, desprovidos de uma esperança que só pode ser encontrada em Cristo Jesus. (Jo. 14.6) “Respondeu-lhe Jesus: Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim.”

Portanto, as missões refletem o coração de Deus, que busca alcançar a todos com o evangelho, enviando seus seguidores para cumprir esse propósito divino. Segundo David Bosch, em sua obra *A Missão Transformadora*, "Missões são os entendimentos missionários da igreja, formas particulares de cumprir a missão".¹⁵ Assim, a Missão Urbana é uma expressão do agir divino no espaço social e cultural das cidades, orientada por Sua soberania e amor redentor. O autor Ramos afirmou:

A cidade é o grande desafio para a igreja. Desenvolvidos ou primitivos, nômades ou solidamente estabelecidos, os ajuntamentos de núcleos humanos a que chamamos “cidades”, seja qual for seu *modus vivendi*, são locais onde devemos instalar nossas bases. Assim, quem quiser ganhar uma nação para Cristo deverá proceder dessa forma cidade por cidade, uma vez que estas são o objetivo básico do projeto da igreja.¹⁶

III. A missão urbana se faz através da igreja na implementação dos valores do reino da cidade

Nínive (Jn 3.1- 4; 4. 11), a grandiosa e antiga capital do império Assírio, foi fundada por Nironde (Gn 10.9-11) e se destacou por sua magnitude e história milenar. Contudo, era sobretudo reconhecida por sua violência e crueldade. Jonas, um profeta profundamente patriótico, enfrentava uma difícil compreensão: não conseguia aceitar que Deus estendesse Sua misericórdia aos ninivitas, considerados os inimigos mais hostis e agressivos de Israel. Assim, ele relutava em aceitar que o Senhor oferecesse aos assírios uma oportunidade de arrependimento, uma chance divina de suspender, misericordiosamente, a sentença de destruição. “Do ponto de vista humano, a Assíria era o último lugar onde um israelita gostaria de dirigir-se, em uma aventura missionária”.¹⁷ Contudo, essa narrativa nos revela a profundidade da misericórdia divina, que ultrapassa nossas compreensões humanas e desafia nossos limites, chamando-nos a enxergar além das nossas fronteiras culturais e emocionais, as situações adversas, contextuais vivenciadas pela sociedade que precisa ser confrontada pela luz do Evangelho, possibilitando a todos a experimentarem a graça transformadora de Deus. No livro de Mateus, lemos: “Vinde a mim, todos os que estais cansados

¹⁵ BOSCH, D. J. (1991). *Transforming Mission: Paradigm Shifts in Theology of Mission*. Maryknoll: Orbis Books. p. 390.

¹⁶ RAMOS, Ariosvaldo. *Ação da Igreja na Cidade*. São Paulo, SP. 2009, p.9.

¹⁷ SCHULTZ, Samuel J. *The Prophets and Their Writings*, 1954, p. 102.

e sobrecarregados, e eu vos aliviarei. Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração; e achareis descanso para a vossa alma. Porque o meu jugo é suave, e o meu fardo é leve”. (Mt.11.28-30).

O Soberano Senhor da missão conhece o contexto urbano e seus problemas. Deus conhece o contexto urbano e seus problemas: Violência doméstica, atos terroristas, corrupções políticas, código penal ultrapassado, aumento do uso de drogas e suas consequências, violações dos direitos humanos, preconceito, congestionamento, assaltos, sequestros, hospitais lotados, filas imensas em qualquer parte. Todos nós sofremos com os problemas urbanos, até mesmo aqueles que vivem em comunidades rurais, indireta, mas muitas vezes, fortemente, são atingidos pelos males gerados nas grandes cidades. Mas os urbanos sentem isso na pele. Entretanto, pela Bíblia, Deus nos dá esperança, pois, é nesse contexto que ELE convoca o seu povo para ir às cidades e implantar os Valores do Reino — como amor, justiça, paz, misericórdia e solidariedade — promovendo mudanças que refletem o caráter de Deus nas cidades.

Os valores do Reino devem governar as cidades. Conforme (Mt 28.19-20) a implantação dos valores do Reino através da educação e discipulado nas comunidades urbanas. (Jr 29:7) mostra a importância de buscar o bem-estar das cidades, promovendo paz, justiça e prosperidade. (Is 1.17) é um chamado às ações que refletem os valores do Reino no cuidado com os mais vulneráveis nas cidades. (Sl 24.1) reforça a ideia de que a cidade, como parte da criação de Deus, deve ser governada de acordo com seus valores.

IV. Os impactos os valores do reino de Deus na cidade consistem em vidas salvas e transformadas.

O resultado do cumprimento da missão urbana de Jonas em Nínive foi a transformação e o arrependimento da cidade. Quando Jonas pregou a mensagem de que em quarenta dias Nínive seria subvertida, os habitantes da cidade, incluindo seus líderes, creram na mensagem, se arrependeram de seus maus caminhos e buscaram a misericórdia de Deus. Como consequência, Deus se compadeceu de Nínive e não destruiu a cidade, demonstrando Sua misericórdia e disposição para perdoar aqueles que se arrependem sinceramente.

A obediência de Jonas, após a resistência do cumprimento da *Missio Dei*, possibilitou a transformação significativa da cidade de Nínive, levando a manifestação da misericórdia de Deus em vez da destruição que se previa, demonstrando o impacto da pregação e do arrependimento, que exultou em glória ao Deus da missão, e vidas salvas e transformadas. O resultado deste capítulo (4.1- 11), é magnífico, pois, evidência mais uma vez que Deus valoriza as cidades, e traz-nos um incentivo em buscar engajar-se na missão urbana, promovendo como Igreja comprometida com o

Reino, e a verdade que liberta (Jesus), o bem, e a paz da cidade. Como fundamenta (Jr. 29:7), ao exortar o povo do Exílio, “Busquem a paz da cidade para a qual os exilei, e intercedam por ela ao Senhor, porque nela vocês terão paz”.

A missão da igreja na cidade. A Igreja de Cristo, em sua missão universal, deve atuar de maneira proativa e transformadora na sociedade urbana, promovendo integralmente os valores do Reino de Deus e contribuindo para a renovação das cidades e a salvação de vidas para Cristo. À medida que o Reino de Deus se expande na cidade, a Igreja exerce fielmente seu papel de testemunha e agente de transformação, a exemplo de Cristo, que percorreu cidades e povoados, ensinando, curando e compassivamente atendendo às necessidades humanas (Mt. 9.35-38). Assim como Jesus, que ao ver as multidões se compadeceu delas, reconhecendo-as como ovelhas sem pastor (Mt. 9.36; Mc. 6.34), a Igreja deve sensibilizar-se diante do sofrimento social e espiritual, assumindo uma postura de amor e serviço, pois, Jesus não apenas ensinou acerca do Reino de Deus, mas também curou enfermidades, alimentou os famintos e cuidou das necessidades físicas e espirituais das multidões (Mt. 14.14; Mc. 6.34; Lc. 9.11). Ele demonstrou que a missão do discípulo é integrar o anúncio do evangelho com ações concretas de compaixão, atendendo às multidões com esperança, cura e alimentação. Portanto, a Igreja deve assumir sua responsabilidade missionária com reverência, zelo e sensibilidade, conduzida pelo Espírito Santo, expandindo o Reino de Deus na cidade e promovendo uma transformação que impacta vidas, comunidades e toda a sociedade, refletindo o amor de Cristo em cada ação e palavra.

Considerações finais

As cidades estão sob o olhar de Deus, porque Ele tem um plano específico para o contexto urbano do mundo em que vivemos. Deus almeja que as cidades sejam percebidas, contempladas e amadas à maneira como Ele as vê e as ama, e essa visão revela a profunda missão que nos foi confiada: enxergar as cidades com os olhos do coração divino, reconhecendo nelas lugares de potencial, esperança e transformação. A missão urbana é feita por meio da Igreja de Cristo “Vós sois o sal da terra; se o sal perder o sabor, como lhe restaurar o sabor? Para nada mais presta, a não ser para ser lançado fora e pisado pelos homens. Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade edificada sobre um monte; nem se acende a candeia para colocá-la debaixo do alqueire, mas no velador, e ilumina a todos os que estão na casa. Assim brilhe a luz de vocês diante dos homens, para que vejam as suas boas obras e glorifiquem ao Pai de vocês, que está nos céus.” (Mt. 5.13-16). Que possamos nos comprometer em ser uma bênção urbana, em meio a um contexto tão hostil, porém, carente da misericórdia de Deus.

Referências bibliográficas

- BAILEY, K. The Mission of God: Unlocking the Bible's Grand Narrative. Downers Grove: InterVarsity Press. 2000. p. 214.
- BOSCH, D. J. Transforming Mission: Paradigm Shifts in Theology of Mission. Maryknoll: Orbis Books. 1991. p. 390.
- FERREIRA Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário de etimologia da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2001
- KELLER, Tim. Quando Deus olha para a cidade. 1993, p.19
- LYRA, Sérgio Paulo Ribeiro. Cidades do Interior. Editora Betel Publicações, 2015. p 17.
- LEWIS, C. short, & Short, C. (1879). A Latin Dictionary. Oxford: Clarendon Press. p. 418.
- LOPES, Hernandes Dias. A Igreja de Cristo: essência e missão. São Paulo: Igreja Cristã Evangélica, 2014, p. 45.
- MENDES, Marcos. Igreja e cidade: vocação e missão. Ultimato, 2020, p. 11, 12, 14
- PETERS, George W. O Evangelho Eterno. Grand Rapids: Eerdmans, 1954, p. 29.
- RAMOS, Ariosvaldo. Ação da Igreja na Cidade. São Paulo, SP. 2009, p.9
- STOTT, John. A Igreja Viva: Convicções de um Pastor para Toda a Vida. Downers Grove: InterVarsity Press, 1990, p. 119.
- SCHULTZ, Samuel J..The Prophets and Their Writings, 1954, p. 102
- WRIGHT, Christopher J. H. A Missão de Deus: Desvendando a Grande Narrativa da Bíblia. Grand Rapids: Zondervan, 2006, p. 124.

Inclusão do ensino do Criacionismo no ensino público em paralelo com a exposição do Evolucionismo

Karoline Evangelista da Silva Paz¹

Silvio Cesar Chiapina Baroni²

RESUMO

Introdução: O Evolucionismo e o Criacionismo são teorias que fornecem explicações distintas sobre a origem do universo. A premissa pré-científica de que a complexidade da natureza requer uma inteligência subjacente é compartilhada pelos criacionistas, assim como a proposta de que a evolução ocorreu por meio de processos não guiados é uma premissa pré-científica. Embora o Criacionismo seja subestimado no ensino público devido à sua associação com o cristianismo, argumenta-se que os evolucionistas também possuem uma abordagem religiosa em termos de visão de mundo. **Objetivo:** O objetivo geral é propor a exposição do Criacionismo em paralelo ao ensino do Evolucionismo nas escolas públicas. **Metodologia:** O texto segue o método descritivo, com abordagem qualitativa e quantitativa, aplicando-se procedimentos bibliográficos e empíricos no levantamento do conteúdo. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico e foi feita uma pesquisa de campo direcionada a pais, por meio do *Google Forms*, com o intuito de se ter uma amostra da opinião pública sobre a proposta levantada nesse estudo. **Resultados:** A maioria (87,3 %) dos pais cristãos e 75% dos não cristãos concordam em apresentar o Criacionismo em paralelo ao ensino do Evolucionismo. **Conclusão:** Ambas as teorias possuem incógnitas e evidências científicas. Sendo assim, o mais democrático é o ensino das diferentes teorias sobre a origem do universo, a fim de o aluno ter acesso a toda sorte do saber e liberdade de reflexão.

PALAVRAS-CHAVE

Criacionismo; Evolucionismo; Educação; Escola pública; Cosmovisão Cristã.

O Evolucionismo e o Criacionismo são teorias que fornecem explicações distintas sobre a origem do universo, cada uma com bases científicas e questões ainda não provadas. Embora o Criacionismo seja subestimado no ensino público devido à sua associação com o cristianismo, argumenta-se que os evolucionistas também possuem uma abordagem religiosa em termos de visão de mundo (PEARSEY, 2012).

O cristianismo abrange questões relacionadas à origem, destino e propósito humano, assim como a teoria da evolução discute a origem, destino e papel contínuo do ser humano. Em essência, a evolução pode ser considerada uma forma de religião. A premissa pré-científica de que a complexidade da natureza requer uma inteligência subjacente é compartilhada pelos criacionistas, assim como a proposta de que a evolução ocorreu por meio de processos não guiados é uma premissa pré-científica. Os criacionistas não apresentam uma crença subjetiva e particular que seja

¹ Bacharel em Teologia pelo Seminário Teológico Congregacional do Nordeste, Pós-Graduada em Teologia Sistemática pelo CPAJ-Mackenzie e Doutoranda em Modelos de Decisão e Saúde (UFPB).

² Bacharelado em Teologia pelo Seminário Teológico Betel Brasileiro EAD e Pós-graduado em Gestão Pública.

imune a questionamentos racionais. Eles fornecem afirmações cognitivas baseadas em conhecimento objetivo, que podem ser defendidas no âmbito público (CAMPOS JR, 2019).

Há um viés que considera as crenças cristãs como parciais e religiosas, enquanto os filósofos naturalistas têm permissão para apresentar suas posições como neutras e racionais. É importante reconhecer que todos têm uma cosmovisão, variando apenas o nível de consciência em relação às suas premissas básicas (PEARSEY, 2012; CAMPOS JR., 2019). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê o ensino plural (SENADO FEDERAL, 2017), no entanto, apenas a teoria da evolução é aceita no ensino público, enquanto o Criacionismo é rejeitado. Portanto, propõe-se a apresentação do Criacionismo de forma paralela ao ensino da evolução, a fim de proporcionar aos alunos a oportunidade de acessar uma ampla gama de conhecimentos.

O objetivo geral dessa pesquisa é propor a exposição do Criacionismo em paralelo ao ensino do Evolucionismo nas escolas públicas. Os objetivos específicos foram: (1) Apresentar os pressupostos básicos do Evolucionismo; (2) Apresentar os pressupostos básicos do Criacionismo; (3) Propor a inserção do Criacionismo em paralelo ao ensino do Evolucionismo nas escolas públicas; e (4) Consultar a opinião de pais quanto ao ensino do Criacionismo nas escolas públicas.

O texto segue o método descritivo, com abordagem qualitativa e quantitativa, aplicando-se procedimentos bibliográficos e empíricos no levantamento do conteúdo. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico e foi feita uma pesquisa de campo direcionada a pais (cristãos e não cristãos), por meio do *Google Forms*, com o intuito de se ter uma amostra da opinião pública sobre a proposta levantada no presente estudo.

Espera-se que este trabalho alcance êxito em mostrar que teorias fundamentadas no naturalismo ou em qualquer outra ideologia não detêm a neutralidade em detrimento de teorias baseadas nas Escrituras Sagradas.

I. Evolucionismo

A teoria evolucionista é resultado de um conjunto de pesquisas em constante desenvolvimento, iniciadas a partir do legado deixado pelo cientista inglês Charles Robert Darwin. No século XIX, Darwin conduziu estudos comparativos entre espécies relacionadas em diferentes regiões, além de observar semelhanças entre animais vivos e extintos. A partir dessas observações, ele concluiu que as características biológicas dos seres vivos passam por um processo dinâmico, no qual fatores naturais são responsáveis por modificar os organismos vivos. Além disso, ele propôs que os organismos vivos estão em constante competição, sendo que apenas os mais adaptados às condições ambientais conseguem sobreviver (DARWIN, 1872).

Com base nessas premissas, Darwin afirmou que tanto o homem quanto o macaco compartilham uma mesma ancestralidade, a partir da qual as duas espécies se desenvolveram. No

entanto, isso não significa que Darwin tenha afirmado que o homem é descendente direto do macaco, mas sim que o homem e o macaco possuem um ancestral em comum devido às suas semelhanças biológicas (MORAES, 2014).

A partir da afirmação de Charles Darwin, diversos membros da comunidade científica se lançaram ao desafio de reconstruir todas as espécies que antecederam o homem moderno. Dentre as diferentes espécies catalogadas, a escala evolutiva do homem começa com os *Hominídeos*, há mais de quatro milhões de anos. O *Homo habilis* (2,4 - 1,5 milhões de anos) e o *Homo erectus* (1,8 - 300 mil anos) compõem a fase intermediária da evolução humana. Por fim, o *Homo sapiens neanderthalensis*, que existiu há cerca de 230 a 30 mil anos, antecede o *Homo sapiens*, surgido aproximadamente há 120 mil anos, correspondendo ao homem com suas características atuais (MORAES, 2014).

É importante ressaltar que a teoria evolucionista não está completamente comprovada. A existência do chamado "elo perdido", capaz de reconstruir completamente a trajetória do homem e seu ancestral primata, ainda é uma incógnita sem resposta definitiva. A evolução ocorre por meio de mudanças nos genes, que são as instruções para a construção dos organismos. Quando um ser vivo se reproduz, pequenas mudanças aleatórias nos genes podem resultar em descendentes diferentes. Em alguns casos, essas mudanças aumentam a probabilidade de sobrevivência do descendente, permitindo a transmissão dos genes responsáveis por essa característica benéfica para a próxima geração. Por outro lado, mudanças que não conferem vantagens reprodutivas aos organismos tendem a se tornar menos comuns ou serem eliminadas da população ao longo do tempo (DARWIN, 1872).

A seleção natural é responsável pelo aumento ou diminuição da abundância relativa de um gene devido à sua aptidão. Esse processo leva à gradual modificação das populações de organismos ao longo do tempo, à medida que se adaptam a mudanças no ambiente. A evolução, por sua vez, consiste na acumulação de mudanças ocorridas em sucessivas gerações de organismos, resultando na emergência de novas espécies. Desde a origem da vida, a evolução tem transformado o ancestral comum de todos os seres vivos em um vasto número de espécies distintas (Moraes, 2014).

A teoria da evolução é a base de grande parte das pesquisas em biologia, bem como em áreas correlatas, como biologia molecular, paleontologia e taxonomia. A biologia evolutiva, campo científico que se dedica ao estudo da evolução, tem proporcionado uma compreensão cada vez mais aprofundada desse processo. A descoberta da estrutura molecular do DNA, combinada com os avanços no campo da genética populacional, tem contribuído para uma melhor compreensão de como novas espécies surgem a partir de formas ancestrais, fenômeno conhecido como especiação (MORAES, 2014). Apesar de amplamente aceita na comunidade científica, a teoria da

evolução ainda suscita debates, especialmente no que diz respeito aos detalhes dos mecanismos de mudança.

O Evolucionismo traz consigo implicações morais e de direitos humanos significativas. Por exemplo, de acordo com a teoria darwinista, o estupro é considerado uma adaptação evolutiva para aumentar o sucesso reprodutivo, sendo um fenômeno natural e biológico. Para o darwinismo, qualquer comportamento que tenha sobrevivido até hoje deve ter tido uma vantagem evolutiva, caso contrário, teria sido eliminado pela seleção natural. Para ser coerente com essa linha, se faz necessário encontrar algum benefício até mesmo no crime de estupro. No entanto, sabe-se que o estupro vítima muitas crianças, idosas e até mesmo pessoas do sexo masculino, o que mina a ideia de que este ato é impulsionado por um imperativo biológico para a reprodução (PEARSEY, 2012).

Existem diferentes vertentes do Evolucionismo, no entanto, todas partem destes mesmos princípios: ancestralidade comum e seleção natural. As diferenças correspondem ao modo como interpretam o relato bíblico da criação. Há evolucionistas que creem em Deus e na sua Palavra (Criacionismo Evolucionário), há aqueles que acreditam em Deus, mas não consideram a Bíblia como Escritura Sagrada (Deísmo Evolucionário) e há evolucionistas ateus. O quadro abaixo apresenta as principais diferenças entre essas três vertentes do Evolucionismo (ANDREASEN, 1981).

Quadro 1: Principais vertentes do Evolucionismo

	Criacionismo Evolucionário	Deísmo Evolucionário	Ateísmo Evolucionário
Teleologia	Sim	Sim	Não
Design Inteligente	Sim	Sim	Não
Idade de Universo (anos)	10-15 bilhões	10-15 bilhões	10-15 bilhões
Transcendência/ Imanência divina	Transcendente e imanente	Apenas transcendente	Deus não existe
Bíblia	Palavra de Deus	Palavra humana acerca de Deus	Superstição humana
Interpretação de Gênesis 1 a 11	Figurada Ciência e poesia do mundo antigo	Mito	Mito
Origem da Humanidade	Evolução humana Imagem de Deus Queda	Evolução humana	Evolução humana
Teologia/Filosofia	Cristianismo conservador Professa a doutrina da Encarnação e Ressurreição	Deísmo Cristianismo liberal	Ateísmo
Ética	Bíblica	Humanista	Humanista
Autores/ Representantes	Francis Collins W. Pannenberg	Charles Darwin Michael Denton Anthony Flew	Richard Dawkins Christopher Hitchens Daniel Dennett

Fonte: Andreasen, 1981.

II. Criacionismo

O Criacionismo é uma teoria que postula que a vida, em todas as suas formas, foi criada por Deus. Assim como no Evolucionismo, existem diferentes linhas dentro do Criacionismo. As diferenças entre elas também dizem respeito ao modo como interpretam o relato bíblico da criação. Há criacionistas que interpretam o relato de Gênesis de modo literal (Criacionismo da Terra jovem) e há aqueles que acreditam que o relato bíblico possui sentido figurado (Criacionismo evolucionista) ou parcialmente figurado (Criacionismo da Terra antiga). O quadro abaixo apresenta as principais diferenças entre essas três vertentes do Criacionismo (ANDREASEN, 1981).

Quadro 2. Principais vertentes do Criacionismo

	Criacionismo da Terra Jovem	Criacionismo da Terra Antiga	Criacionismo Evolucionário
Teleologia	Sim	Sim	Sim
Design Inteligente	Sim	Sim	Sim
Idade de Universo (anos)	6000	10-15 bilhões	10-15 bilhões
Transcendência/ Imanência divina	Transcendente e imanente	Transcendente e imanente	Transcendente e imanente
Bíblia	Palavra de Deus	Palavra de Deus	Palavra de Deus
Interpretação de Gênesis 1 a 11	Literal Criação em 6 dias de 24h Diluvio global	Parcialmente literal Dias da criação = eras geológicas Dilúvio local	Figurada Ciência e poesia do mundo antigo
Origem da Humanidade	Adão e Eva Imagem de Deus Queda	Adão e Eva Imagem de Deus Queda	Evolução humana Imagem de Deus Queda
Teologia/Filosofia	Cristianismo conservador Professa a doutrina da Encarnação e Ressurreição	Cristianismo conservador Professa a doutrina da Encarnação e Ressurreição	Cristianismo conservador Professa a doutrina da Encarnação e Ressurreição
Ética	Bíblica	Bíblica	Bíblica
Autores/ Representantes	Henry Morris & Duane Gish Ken Ham Wayne Grudem	Hugh Ross Philip Johnson Wayne Grudem	Francis Collins W. Pannenberg

Fonte: Andreassen, 1981.

De acordo com a interpretação do Criacionismo da Terra jovem, a narrativa bíblica do livro do Gênesis é interpretada literalmente, levando ao entendimento de que a vida surgiu há não mais do que 6.000 anos. Posto que Adão foi criado cerca de 2 mil anos antes de Abraão, que nasceu aproximadamente 2 mil a.C. Uma vez que Adão foi criado no sexto dia literal da história, calcula-se que a Terra possua pouco mais de 6 mil anos. De acordo com essa visão do Criacionismo, todas as formas de vida foram criadas instantaneamente por Deus, com as mesmas características que possuem atualmente, o que contradiz a teoria da evolução (LAMOUREUX, 2008).

Além disso, o Criacionismo defende que o ser humano é o ápice da criação divina, sendo criado à imagem e semelhança de Deus. Para os criacionistas, Deus se revela como um ser infinito, eterno e autoexistente, uma entidade pessoal que criou Adão e Eva, e é a causa primordial de tudo o que existe. Nesse sentido, Deus sempre existiu, não havendo um momento em que Ele não existisse (GRUDEN, 1999).

Conforme relatam os primeiros capítulos do livro de Gênesis, no início da criação, a Terra estava sem forma, vazia e imersa em trevas. Naquela época, o universo não possuía a ordem e estrutura que tem hoje. O mundo estava desprovido de vida e não apresentava nenhum vestígio mínimo de luz. Posteriormente, Deus criou a luz para dissipar as trevas, deu forma ao universo e preencheu a Terra com seres vivos.

A palavra hebraica traduzida como “terra” no versículo: “No princípio criou Deus os céus e a terra” (Gn 1.1), é “*erets*”. Essa palavra é geralmente entendida como solo, mundo ou algo similar, e seu contexto imediato se encontra no próprio versículo 1, especialmente na expressão “os céus e a terra”. Essa expressão é comumente usada para se referir a tudo, à totalidade do mundo, considerando que os céus e a terra representam os limites extremos de tudo o que existe, ou seja, o universo como um todo. Esse versículo serve como uma introdução geral a todo o relato da Criação. A partir do primeiro ato de Deus, a criação da luz, o céu e a terra são mencionados no relato subsequente. O segundo dia testemunha a formação do céu, enquanto o terceiro dia fala do surgimento da terra, seguidos pela criação de seus respectivos conteúdos (ANDREASEN, 1981).

A criação dos céus e da terra, bem como a preparação da terra para a habitação humana, são descritas nos capítulos 1 e 2.1-25 do primeiro livro bíblico. O primeiro capítulo continua a descrever, em palavras majestosas, o processo criativo ao longo de seis dias. Cada dia começa ao entardecer, quando a obra criativa daquele período é concluída, e termina ao amanhecer, quando a magnificência da criação se torna claramente visível. Ao longo desses dias, surgem a expansão da atmosfera, a terra seca e a vegetação, os luzeiros para separar o dia e a noite, os peixes e as aves, os animais terrestres e, por fim, o homem, que é o auge da criação.

Deus revela sua lei que governa as espécies, estabelecendo uma barreira intransponível que impede a evolução de uma espécie em outra. Ao criar o homem à Sua própria imagem e semelhança, Deus anuncia seu triplo propósito para a humanidade na terra: multiplicar-se justamente, dominar a terra e ter domínio sobre todas as criaturas.

A visão panorâmica da história, de acordo com a Palavra de Deus, é Criação, Queda, Redenção e Restauração. Nós humanos éramos perfeitos porque fomos criados à imagem de Deus. E então houve a Queda. A morte aparece e todo o relato [na Bíblia] se torna deterioração e degeneração. Então, temos Jesus no Novo Testamento, que promete a Redenção. A evolução

inverte isso completamente. Com a evolução, nada começa perfeito, não há um estado do qual cair, pelo contrário. Isso inutiliza todo o plano de salvação, postulado que nunca houve uma queda. O que se tem, então, é uma teoria do progresso, de animais unicelulares a humanos. Posto de maneira simples, o Evolucionismo coloca a morte antes do homem. A Bíblia coloca o homem antes da morte (HAN et AL, 2019).

O Criacionismo da Terra antiga costuma ser rejeitado como não científico por razões filosóficas e religiosas, não por causa de algo verificado nas rochas e fósseis. Observa-se a ausência de evidência de erosão física e química lenta nas fronteiras entre camadas sedimentares (como seria de esperar se passassem milhões de anos entre a deposição de uma camada e a deposição da camada seguinte). A extensão lateral de muitas camadas espessas é continental ou até mesmo intercontinental em escala. Plantas e animais fossilizados (muitos em detalhes requintados e alguns sem partes duras, como vermes ou águas-vivas) devem ter sido enterrados e fossilizados rapidamente (animais mortos ao longo de uma rodovia não se tornam fossilizados porque são comidos por predadores e submetidos a outros processos de decomposição). Isso significa que as camadas de rocha que sepultam esses fósseis tiveram que ser depositadas rapidamente (HAN et AL, 2019).

Em todo o mundo, frequentemente em associação com depósitos de carvão, há árvores fósseis verticais que cortam muitas camadas de rocha mostrando que as camadas foram depositadas rapidamente antes que as árvores pudessem apodrecer. Há também tecidos moles encontrados em fósseis de dinossauros e sangue no abdômen de mosquitos fossilizados. A rocha dura pode ser dobrada sem quebrar sob grande calor e pressão, mas quando isso acontece a rocha sofre metamorfose na dobra. Ao contrário disso, os geólogos da criação observam que os muitos exemplos de camadas de rocha dobradas não mostram evidência de grandes rachaduras ou metamorfismos (HAN et AL, 2019).

Tudo isso e muito mais constitui-se em poderosa evidência geológica e paleontológica da realidade da inundação da época de Noé, descrita em Gênesis 6—8 e afirmada como literalmente verdadeira por Jesus (Mateus 24.37-39) e pelo apóstolo Pedro (1Pedro 3.20, 2Pedro 2.5, 2Pedro 3.3-7). É dito que os métodos de datação radiométrica provaram que as camadas de rochas ígneas e sedimentares (como vemos expostas no Grand Canyon, mas estão em todos os continentes) têm milhões de anos. No entanto, existem muitas boas razões científicas (assim como bíblicas) para não acreditar nessas datas. Elas estão baseadas nas mesmas suposições uniformitaristas naturalistas que controlam o resto da ciência, e há muitos exemplos publicados de rochas de idade conhecida, dando datas de centenas de milhares ou milhões de anos, que testemunhas oculares humanas viram se formar há apenas décadas ou séculos (HAN et AL, 2019).

A evidência científica que confirma a verdade literal de Gênesis 1—11 é esmagadora e cresce com o tempo como resultado da pesquisa tanto dos evolucionistas quanto dos criacionistas. A Bíblia ensina claramente a origem sobrenatural de todos os tipos de plantas e animais junto com o homem, aptos para reproduzir apenas variações dentro de cada tipo, e a criação sobrenatural da Terra e dos corpos celestes. As alegações científicas evolucionistas são interpretações de algumas evidências físicas baseadas em suposições religiosas (ateístas) naturalistas, razão pela qual as “evidências” para a evolução e milhões de anos não resistem ao escrutínio.

As teorias que atribuem a origem da vida ao acaso falham porque a probabilidade de criar um gene ou proteína funcional a partir de substâncias químicas simples e inanimadas é ainda menor do que a probabilidade de formar um novo gene ou proteína a partir de um já existente em um organismo. Por essas razões, pesquisadores agora consideram o "acaso" como uma explicação inadequada para a origem da informação biológica. Não se pode explicar a origem do mecanismo com base apenas no próprio mecanismo (PEARSEY, 2012).

A precisão com que o universo está ajustado sugere um design. A molécula de DNA é composta por quatro bases químicas: adenina (A), timina (T), citosina (C) e guanina (G), que se combinam de várias maneiras para escrever uma mensagem. A descoberta desse código químico significa que podemos aplicar a teoria da informação ao DNA. O acaso e as leis podem explicar muitos eventos cósmicos, mas não explicam a origem da vida. A chave para interpretar o mundo é a informação. A genética nos diz que a vida é uma narrativa contada pela Palavra divina, ou seja, há um Autor para o texto da vida. A descoberta do DNA e das instruções codificadas em cada célula de todos os seres vivos significa que há uma linguagem, uma mensagem, uma informação no cerne da vida. A precisão das forças fundamentais pressupõe uma inteligência que as designou (PEARSEY, 2012).

Além disso, ninguém pode operar no dia a dia sem assumir padrões regulares de causa e efeito. A ciência depende da existência de uma ordem consistente na natureza. Se o universo é produto do acaso, então não há garantia de que as regularidades que observamos hoje se repetirão no futuro. Se o universo evoluiu por meio de forças materiais e irracionais, agindo de maneira aleatória, por que ele se ajustaria tão perfeitamente às fórmulas matemáticas? Não há explicação no materialismo científico. Mas na visão de mundo cristã, há uma explicação perfeitamente racional, de que um Deus racional criou o mundo para operar como uma progressão ordenada de eventos (PEARSEY, 2012).

Ainda sobre as dificuldades de coerência que envolvem a crença evolucionista, para afirmar a realidade de algo, é necessário explicar sua origem. Sem a crença na criação ou no desígnio divino, não temos base para confiar que as ideias em nossa mente têm correlação com o mundo

exterior. Se a mente humana é simplesmente resultado de eventos aleatórios e é preservada apenas pela seleção natural, então não temos uma base sólida para confiar em nossas próprias ideias (PEARSEY, 2012).

III. Criacionismo no ensino público

A teoria sobre o surgimento do mundo mais aceita e ensinada nas escolas públicas brasileiras é a teoria evolucionista. Sendo assim, todos os alunos são submetidos a uma só perspectiva da realidade, sendo-lhes omitida ou subestimada qualquer outra informação que divirja do Evolucionismo. De forma que, até mesmo os alunos criados em famílias cristãs, que lhe ensinaram sobre o Criacionismo, começam a questionar suas convicções e duvidar das autoridades das Escrituras Sagradas, tomando como referência autores não cristãos e até mesmo anticristãos, os quais lhe apresentam suas teorias, que são impossíveis de serem cientificamente comprovadas em sua totalidade, mas por serem expostas como verdade absoluta, ferem a sua liberdade de crença (HAN et AL, 2019).

Ao invés de interpretar as Escrituras de forma contextualizada e de checar a coerência interna das Escrituras, esses jovens podem começar a tomar como referência algo fora das Escrituras, como alguma autoridade humana (por exemplo, a visão da maioria dos cientistas ou dos teólogos, ou a visão do seu líder cristão favorito), e usar os pontos de vista deles para acrescentar ideias às Escrituras. Com o tempo, essas pessoas podem ter a ideia de que a Bíblia não é a Palavra de Deus infalível. Eventualmente, elas podem rejeitar completamente as Escrituras (HAN et AL, 2019).

Em respeito à pluralidade e à liberdade de crença, põe-se que não deveria se privilegiar uma teoria baseada em um tipo de cosmovisão, enquanto se omite outra teoria baseada em um tipo diferente de visão de mundo, no entanto, ambas com icógnitas e evidências na ciência. Pois, segundo as leis de nosso país, especificamente as que regem o sistema de ensino brasileiro, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), o ambiente escolar deve ser plural, isto é, permitir a convivência harmônica entre pessoas portadoras de ideias divergentes (SENADO FEDERA, 2017). Esse é um princípio indispensável em qualquer país democrático. A democracia tem como um dos lemas principais a liberdade de pensamento e expressão.

Um exemplo da forma como o ensino sobre a origem é transmitido, comumente, nas escolas, está claro no texto que prefacia uma tradução do principal livro de Darwin (1872) para o português, em que o professor tradutor expõe a sua cosmovisão com as seguintes palavras:

Apesar de solidamente ancorado em fatos e análises suas e de seus contemporâneos mais ilustres, desde a sua primeira edição esta obra tem sido vítima de desmoralização pública e difamação por parte daqueles que, de tão pequenos e insignificantes, se julgam acima das evidências dos fatos e evidências

do mundo real. Gente cuja mente preguiçosa prefere ancorar-se em crenças vazias e despropositadas a respeito da Natureza, em vez de se dar ao trabalho de por em teste falsas verdades consideradas como intocáveis e definitivas.

O professor não se reconhece como religioso, no entanto, além de demonstrar claro desprezo e intolerância contra aqueles que discordam das ideias de Darwin (1872), ainda atribui ao teórico atributos divinos:

Decorridos quase dois séculos desde a primeira vez que esta obra foi publicada, ela continua sólida e robusta como uma montanha. E é isso que ela é: uma das montanhas mais altas que se ergueram na história da investigação científica do mundo em que vivemos, assim como é o seu próprio autor, o inglês Charles Darwin.

A influência do ensino sobre o educando incide na forma como cada indivíduo atribui significados ao mundo e à sociedade, além da percepção da própria identidade. Por isso, com o objetivo de aprender a diversidade e ser compreendido por ela, respeitando a autonomia e liberdade de cada ser humano, a educação precisa possibilitar o acesso ao conhecimento de modo plural. Não há liberdade sem possibilidade de escolhas. Esse tipo de educação constrói, de forma cooperativa e solidária, uma síntese dos saberes produzidos pela humanidade, ao longo de sua história. Apropriar-se ou não desses conhecimentos pode ser um instrumento da ampliação das liberdades ou mais um fator de exclusão. O currículo que dá conteúdo e sentido à escola precisa levar em conta esses elementos.

A opinião de pais (cristãos e não cristãos) sobre o ensino do Criacionismo no ensino público, paralelamente à teoria da Evolução, mostrou-se favorável na amostra consultada na presente pesquisa. Foram 67 pais participantes, sendo 63 autodenominados cristãos e 4 autodenominados como não cristãos; 87,3% dos pais cristãos e 75% dos pais não cristãos concordam com o ensino do Criacionismo na escola pública. A pesquisa foi realizada por meio do *Google Forms*, entre os dias 21 de setembro e 03 de outubro de 2023.

Tabela 1. Opinião de pais quanto ao ensino do Criacionismo na escola pública

Participantes	Número de participantes	Concordam com o ensino do Criacionismo na escola pública
Pais cristãos	63	55 (87,3%)
Pais não cristãos	4	3 (75%)
TOTAL	67	58 (86,6%)

Fonte: próprio autor, 2023.

Observa-se que mesmo entre os pais não cristãos, há o reconhecimento da importância de incluir no currículo escolar da escola pública o ensino do Criacionismo. A educação escolar, nesse contexto, caberá a formação para o exercício reflexivo, a capacidade de busca de elementos e

subsídios para uma decisão informada. Reconhecemos a limitação do “n” amostral e sugerimos que novas pesquisas sejam realizadas com não cristãos.

Com relação aos pais cristãos, cabe o questionamento quanto aos 12,7% que não concordam com o ensino do criacionismo na escola pública. Vemos que ainda existe uma dicotomia gnóstica a ser vencida. Todos os cristãos precisam perceber que para resistir ao secularismo, é crucial reconhecer a sua sutileza e a força de sua influência nas diversas esferas sociais; do contrário, aceitarão de forma inconsciente. É comum vermos os cristãos cederem aos ímpios toda autoridade sob à ciência, como se fosse um campo alheio ao senhorio de Deus. Depois, tentam resgatar alguma migalha de cristianismo no que toca aos valores morais. No entanto, a melhor estratégia é deixar claro que as afirmações cristãs sobre a realidade não são mais subjetivas do que as afirmações naturalistas. Se faz necessário estampar a verdade de que não existe neutralidade.

Considerações finais

O Evolucionismo e o Criacionismo são teorias que explicam o surgimento do universo sob cosmovisões diferentes, ambas com incógnitas e evidências científicas. Sendo assim, o mais democrático é o ensino das diferentes teorias sobre a origem do universo, a fim de o aluno ter acesso a toda sorte do saber e liberdade de reflexão.

O artigo foi recebido em: 02/03/2024 e aprovado em: 02/10/2025.

Referências bibliográficas

- ANDREASEN, Niels-Erik. Adam and Adapa: two anthropological characters. Andrews University Seminary Studies, Vol. 19, No. 3, Autumn 1981.
- CAMPOS JR., Heber. Amando a Deus no mundo: por uma cosmovisão reformada. São José dos Campos: Fiel, 2019.
- DARWIN, Charles. A Origem das Espécies, no meio da seleção natural ou a luta pela existência na natureza, 1 vol., 1872, tradução Mesquita Paul (2003).
- GRUDEM, Wayne. A. Teologia Sistemática. São Paulo: Vida Nova, 1999.
- HAM, Kem. HOSS, Hugh. HAARSMA, Deborah B. MEYER, Stephen. " A origem: quatro visões cristãs sobre criação, evolução e design inteligente" – Thomas Nelson Brasil - Vida Melhor Editora S.A – Rio de Janeiro – BR – 2019.
- MORAES, João Quartim de (org.). Materialismo e Evolucionismo III. Coleção CLE, 2014.
- PEARCEY, Nancy. Verdade absoluta: libertando o cristianismo de seu cativeiro cultural. Rio de Janeiro: CPAD, 2012.
- SENADO FEDERAL. Lei de diretrizes e bases da educação federal. 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2023.

RESENHA

McGRATH, Alister. **Ciência e Religião**. Fundamentos para o diálogo. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2020. ISSN 2965-5234

Ao apresentar seu modelo de quatro interações entre ciência e religião, Ian Barbour (1996) apontou que o diálogo entre elas é possível porque há sobreposição. Isto é, há uma proximidade entre o estudo da natureza e a doutrina da criação, entre os métodos de conhecimento da realidade, onde as ciências podem nos auxiliar na leitura do texto bíblico e as questões penúltimas nos levam às questões últimas.

Quando Alister McGrath explora essas ideias em seu livro “Ciência e Religião: fundamento para o diálogo”, ele inicia seu argumento com quatro importantes afirmações sobre a ciência e a religião: 1) oferecem perspectivas distintas sobre a realidade; 2) envolvem níveis distintos de realidade, isto é, cada campo do conhecimento explica uma camada diferente da realidade, sendo a ciência sobre como as coisas funcionam e a religião sobre o que elas significam; 3) oferecem mapas distintos da realidade, ou seja, as explicações que elas oferecem podem ser sobrepostas a fim de nos dar uma compreensão mais abrangente do mundo; 4) fornecem abordagens complementares da realidade, pois são distintas formas de olhar para o que Deus criou.

Ainda no capítulo 1, McGrath nos apresenta a metáfora dos “Dois Livros de Deus” que trabalha a ideia de Deus ter escrito dois livros para nós: as Sagradas Escrituras e a Natureza. Ambos os livros revelam Deus de maneiras diferentes, mas podem ser lidos juntos e “cada um iluminando o outro” (McGrath, 2020, p.37). A religião interpreta as Escrituras, a ciência lê a natureza.

Nesta resenha, vamos explorar a defesa que McGrath faz para o diálogo e alguns temas da filosofia da ciência e da filosofia da religião que ele apresenta ao longo do livro para entendermos melhor como as teorias científicas e a teologia participam da construção do diálogo entre religião e ciência.

Do conflito ao diálogo

Ao ouvir sobre a possibilidade de um diálogo entre ciência e religião, alguns rejeitam essa ideia por acreditarem que ciência e fé sempre estiveram em oposição. Uns afirmam que a ciência quer descreditar a religião com suas teorias científicas e por isso devemos ignorar o que a ciência diz. Outros acreditam que a religião se torna obsoleta com os avanços da ciência. Mas McGrath, no capítulo 2, nos mostra como essa narrativa do ‘conflito eterno entre ciência e religião’ foi criada.

A partir da pesquisa de Peter Harrison, um historiador especializado nas relações entre ciência e religião, McGrath nos alerta para a necessidade de analisarmos os contextos históricos e

culturais de momentos na história onde houve um aparente conflito, como o caso de Galileu. O ‘mito do conflito eterno’ se sustenta por causa de leituras rasas e deturpadas desses casos. Harrison (2017) nos mostra que o cristianismo medieval não era inóspito à ciência, que a Igreja não se opôs a descobertas científicas como o sistema copernicano e que muitos avanços da ciência foram fruto do trabalho de cristãos, como Johannes Kepler.

McGrath cita outro autor, Colin Russell (1989), que chamou essa narrativa do conflito eterno de ‘caricatura grotesca’ e questionou como ela pôde ter alcançado algum grau de respeitabilidade. Desde os anos de 1990, os historiadores têm analisado casos como o de Galileu, sem as influências iluministas, e percebido as complexidades que os cercam.

Se o ‘conflito eterno entre fé e ciência’ não é a verdade, isso significa que é possível sim construirmos pontes de diálogo entre estes dois empreendimentos. McGrath nos aponta, em seu livro, como podemos dissipar os mitos entorno da relação entre ciência e religião e encontrar as bases para construir o diálogo.

Para pensarmos em diálogo entre fé e ciência, precisamos olhar para a filosofia, tanto da ciência quanto da religião para encontrarmos as proximidades nas diferenças. É preciso entender que “nem a ciência nem a religião podem fornecer uma descrição total da realidade”, porém “juntas elas podem nos oferecer uma visão estereoscópica da realidade negada àqueles que se limitam à perspectiva de apenas uma disciplina” (McGrath, 2020, p 17) Se religião e ciência olham para níveis distintos da realidade como então elas se complementam?

Uma ponte filosófica: o lugar da explicação

Há uma dimensão explanatória tanto nas ciências quanto na teologia que McGrath explora ao longo dos capítulos 3 e 4. Esse processo de encontrar explicações faz parte do nosso engajamento com a realidade. Ciência e religião, operando em níveis distintos, estão respondendo de forma diferentes questões semelhantes. Enquanto a teologia pergunta ‘como Deus criou o universo?’, a ciência pergunta ‘como o universo chegou ao estado atual?’ Cada pergunta será respondida por métodos diferentes de acordo com os limites e autoridades dos campos a que pertencem. As ciências se dedicam ao mundo natural e a teologia à autorrevelação de Deus em Cristo (MCGRATH, 2016).

A ciência nos oferece uma explicação, baseada em evidências, sobre como as coisas funcionam na natureza. McGrath afirma que, porque nossa mente é capaz de discernir a racionalidade do universo, podemos “identificar as estruturas mais profundas e os padrões mais amplos que estão por trás de eventos e entidades do mundo natural” (MCGRATH, 2020, p 117). As ciências buscam mecanismos e relações causais para entender os fenômenos.

As teorias científicas são formas de explicar o mundo observável. Em outro livro, McGrath (2016) nos diz que as teorias funcionam como representações parciais da realidade e que para fenômenos complexos muitas teorias se complementam, pois, uma teoria não é capaz de traduzir o ‘todo’ do fenômeno que explica. Desta forma, as teorias estão em constante revisão ao passo que novas descobertas acontecem. Consideremos que “o que realmente importa é quão bem essa teoria pode explicar as evidências existentes e talvez prever descobertas novas e desconhecidas” (MCGRATH, 2020, p 128).

A função da explicação na religião é diferente. McGrath considera que as “explicações religiosas têm a capacidade de dar sentido à experiência como um todo” (MCGRATH, 2020, p 126). As doutrinas são explicações parciais que desenvolvemos, ao longo da história da Igreja, ao interpretarmos as Escrituras. Podemos considerar aqui o nosso “desejo de dar uma explicação completa e adequada da visão sobre Deus” (MCGRATH, 2020, p 186). A religião trata das ‘metaquestões’¹ que ultrapassam os limites da ciência, como a uniformidade da natureza. A religião explica o porquê a ciência é capaz de explicar o mundo natural.

Se aproximamos ciência e religião incorretamente, poderemos chegar no “Deus das Lacunas”, isto é, usaremos Deus como explicação para aquilo que ainda não fomos capazes de entender com os métodos da ciência. Porém, com o avanço científico, essas respostas serão descobertas e então ‘Deus’ deixa de ser explicação para os fenômenos. É por isso que algumas pessoas acham que as explicações científicas anulam Deus. Mas o problema não está na explicação científica e sim em tentarmos encontrar Deus através da ciência sem as Escrituras.

A ciência é capaz de encontrar explicações para um nível da realidade, o mundo natural. Aquilo que está além do natural, também está além do escopo da ciência. McGrath nos diz que as ciências e a teologia, com suas explicações, revelam parte de um todo maior. Aproximar essas explicações nos ajuda a ter um entendimento melhor sobre a realidade que Deus criou. Isso significa que a ciência precisa de suplementação teológica, porque acaba chegando nas questões últimas que é incapaz de responder sozinha.

Das questões penúltimas às questões últimas: o lugar do mistério

Por mais que explicações sejam buscadas tanto na ciência quanto na religião, há certas questões que permanecem sem resposta. Contudo, assim como a explicação ocorre de forma diferente entre esses dois empreendimentos, o mistério também funciona de forma diferente.

Na ciência, o mistério é aquilo que ainda não foi compreendido, mas será ao passo que a ciência avança. É como um problema a ser resolvido. São perguntas temporariamente sem

¹ Aqui McGrath faz uso do termo ‘metaquestão’ como apresentado por Polkinghorne (1986)

respostas que nos mostram a necessidade de continuar pesquisando. Entretanto, até mesmo cientistas acreditam que a ciência não é capaz de explicar o “mistério final da natureza” (PLANK, *Where is Science going?*, 1932 *apud* MCGRATH, 2020, p 267). McGrath nos dá o exemplo de Albert Einstein, que entendia ‘mistério’ como o que está além da compreensão humana. Quando a ciência se depara com algo que está além de seus métodos, um mistério que não cabe no laboratório, é preciso nos voltarmos para a filosofia e para a teologia.

A religião, segundo McGrath, tem a tarefa de lançar uma nova luz sobre os mistérios. O mistério, na teologia, existe por causa da vastidão ontológica de Deus. A linguagem humana não consegue expressar aquilo que a mente humana não é capaz de compreender totalmente. Como seres caídos e finitos somos limitados. Recorremos a analogias, metáforas e modelos para tentar fazer sentido do mundo em que vivemos, mas elas não são suficientes em si mesmas. Mesmo a religião não é capaz de prover todas as repostas que procura.

Entre a explicação e o mistério: construindo diálogo entre ciência e religião hoje

Os debates contemporâneos entre ciência e religião estão neste “limbo” entre o que ainda é mistério e novas explicações. Há questões que a ciência ainda não compreendeu, há questões que a teologia precisa iluminar, para que cheguemos às explicações: as teorias e doutrinas. Porém, como nosso entendimento da realidade é parcial, ainda permanece algum mistério.

McGrath vê a busca desse elo entre o natural e o transcendente como uma “intuição profundamente humana” (MCGRATH, 2020, p 203). Há, na construção desse elo, uma dimensão imaginativa que conecta as diferentes explicações, científicas e teológicas, e o mistério. Recorrendo a José Ortega y Gasset (1967), McGrath apresenta a ligação entre o natural e o transcendente como um arco entre dois pilares que desabou parcialmente. Nós podemos imaginar como o arco era originalmente e fazer conexões.

Então, ao invés de olharmos para temas como evolução e ética como polêmicas, mantendo a narrativa do conflito eterno, podemos olhar para essas questões como mais uma possibilidade para construirmos diálogo. Mais uma oportunidade de entendermos a realidade que Deus criou ao sobrepor os mapas das explicações científicas e teológicas. É preciso ler os dois livros de Deus lado a lado, permitindo que um contribua com a interpretação do outro.

Me. Adryana Diniz Gomes

Referências bibliográficas

BARBOUR, Ian. Issues in Science and Religion. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1996.

HARRISON, Peter. Os Territórios da Ciência e da Religião. Viçosa: Ultimato, 2017

MCGRATH, A. A ciência de Deus: uma teologia científica. Viçosa: Ultimato, 2016.

ORTEGA Y GASSET. El origen deportivo del estado. Citius, Altius, Fortius, vol 9, nº1, 1967.

POLKINGHORNE, John. One World: the interactions of faith and Science. Londres: SPCK, 1986

RUSSELL, Colin A. The conflict metaphor and its social origins. Science and Christian Belief, vol 1, 1989, p.3-26.

RESENHA

SCHREINER, R. Thomas. **Teologia de Paulo**. O apóstolo da Glória de Deus em Cristo. São Paulo: Vida Nova, 2015. ISSN 2965-5234

O Dr. Tom Schreiner é Reitor Associado da Faculdade de Teologia, onde atualmente ocupa a cátedra James Buchanan Harrison de Interpretação do Novo Testamento, sendo também professor de Teologia Bíblica. Antes de ingressar na Southern, lecionou Novo Testamento na Universidade Azusa Pacific. Também lecionou no Seminário Teológico Bethel por 11 anos. Schreiner é um estudioso paulino que escreveu extensivamente sobre o assunto. É casado com Diane e tem quatro filhos. Schreiner é membro da Igreja Batista Clifton em Louisville, Kentucky.

Apesar de ser um especialista nas atuais discussões sobre o pensamento e a teologia de Paulo, o autor, nesta obra, desiste de enveredar por tais discussões, apesar de em alguns momentos fazer referências a estas. Ele pretendeu ir ao centro do que estimulava as ações de Paulo, a supremacia de Deus em Jesus Cristo e por seu intermédio. O autor tem como objetivo nos fazer imergir na cosmovisão de Paulo, não dissertando sobre vários aspectos do pensamento paulino, mas buscando demonstrar o centro em torno do qual tudo mais gravita.

Podemos dizer que o autor nos entrega uma obra necessária, abrangente e com certa profundidade em pontos relevantes, sem, no entanto, com isso torná-la restrita à especialistas, é também uma obra acessível.

Dividida em 15 capítulos - além de prefácio, introdução e epílogo, ao longo de quase 500 páginas o autor organiza a teologia de Paulo no que podemos até considerar como uma proposta de uma teologia bíblica dos escritos paulinos, onde através dos capítulos listados o autor cobre todas as 13 cartas que majoritariamente são consideradas paulinas, sem, no entanto, se deter em minúcias desnecessárias ao propósito da obra.

Mesmo se tratando de uma obra que visa demonstrar, através do estudo das cartas paulinas uma proposta de um tema que possa encapsular uma dita teologia de Paulo, o autor não se furta de recorrer ao antigo testamento para tornar mais claros alguns de seus argumentos, encontramos muitas referências ao longo do livro.

Apesar da busca de determinar em alguma medida um centro unificador de uma teologia paulina, o autor não deixa de nos apresentar, a sua perspectiva da vida, o chamado e a vocação missionária do apóstolo, na verdade, a atenção dada ao tema da vocação missionária do apóstolo, é um dos destaques do livro, ainda mais considerando que não é comum ver esse aspecto da vida Paulo sendo tratado com relevância em livros do gênero.

Talvez, tendo em vista a dificuldade de se resumir em um único tema todo o pensamento paulino, o autor se destaca por demonstrar vários aspectos da vida e chamado do apóstolo, como por exemplo o seu sofrimento, marca de seu apostolado. O autor destaca a dificuldade de reduzir à um centro unificador toda teologia presente nos escritos paulinos, ele adverte que certamente será negligente com muitos aspectos relevante da teologia paulina, quem ousar definir um tema unificado para o legado do apóstolo.

No entanto, apesar das considerações e dos cuidados a se adotar na empreitada de definir um tema, ele propõe um: A Glória de Deus em Cristo, chegando a esta proposição a partir do estudo das 13 epístolas cuja autoria, majoritariamente é atribuída ao apóstolo.

Podemos perceber na leitura da obra a dedicação em nos propor uma teologia fundamentada no exame cuidadoso do texto bíblico, se esforçando ao máximo para deixar de fora ideias preconcebidas, como pode-se verificar ao longo da história, em diversas obras que se propõem a discutir a teologia e pensamento de Paulo, quando alardeiam interpretações desprovidas de robustez exegética, mais recheadas de deduções e conjecturas firmadas mais em contextos particulares dos intérpretes do que conceitos extraídos do texto bíblico.

Somente um intérprete embebido no texto bíblico e no contexto autoral, será conduzido à análise séria dos muitos aspectos do grande edifício teológico que é a teologia paulina, somente alguém fiel ao texto bíblica dará a devida importância a vocação missionária e os sofrimentos que marcaram o ministério do apóstolo.

A vocação missionária do apóstolo não costuma ter, de maneira geral, grande destaque, exceto quanto o estudo tem origem entre missiólogos, os demais estudiosos costumam tangenciar o tema, estes costumam enxergar o apóstolo como um teólogo sistemático, alguém que se dedicara a sistematizar ensinamentos e doutrinas, mas Schreiner, demonstra que antes de tudo Paulo era um missionário, plantador de igreja com visão estratégica.

Na obra em apreço, o perfil desenhado de Paulo, demonstra não somente sua visão gloriosa de Deus e da obra de Cristo, mas também uma marca distintiva do ministério do apóstolo aos gentios: o sofrimento e o contentamento. A vida do apóstolo nos ensina diligência, resiliência e paciência; ele apreendeu e nos ensina como viver satisfeito em circunstâncias indesejáveis, o exemplo de Cristo está encarnado na vida e ministério de Paulo, a ponto de ele declarar que traz em seu corpo, a semelhança de Cristo, as marcas do sofrimento. Ele se vê tão identificado com o Mestre que conclama que o imitemos, porque ele mesmo é um grande imitador, ele não somente O apresenta e a sua obra em seus escritos, mas O representa e evidencia o seu poder transformador, em seu modo de viver, o seu viver é Cristo, esta é a vida que ele vive.

Como já foi dito, apesar de esboçar a ideia de um possível tema unificador – a glória de Deus em Cristo, o autor logo se desobriga desta tarefa e atenta para muitos aspectos da teologia paulina, como a vocação missionária, o sofrimento como marca do seu apostolado que servia como exemplo que dá base às muitas exortações à perseverança na fé daqueles que se unem à família da fé.

Apesar desses muitos aspectos visitados pelo autor, fica evidente que ele identifica a centralidade de Cristo nos escritos paulinos, isso pode ser visto até mesmo na forma como são nomeados os capítulos do seu livro. Outro aspecto digno de nota, é que, ao contrário da maioria dos estudiosos do pensamento de Paulo, que de maneira geral se detém na epístola aos romanos como base de seus estudos, Schreiner, se dispões a examinar as diversas cartas do apóstolo e, talvez por isso seu olhar tenha sido atraído para a atividade missionária do apóstolo dos gentios.

Importante destacar também a relação de Paulo com os demais apóstolos, especialmente Tiago, Pedro e João, chamados por ele de colunas da igreja. Fica evidente na obra que o apóstolo tinha uma preocupação especial de o “seu evangelho” fosse aprovado por estes, sob pena de criar obstáculos desnecessários à expansão da igreja, isso apesar de sua segurança quanto ao seu chamado e comissionamento diretamente da parte de Deus, como ele em alguns lugares faz questão de destacar. Isso nos levar a a pensar no que o autor chama de flexibilidade de Paulo, praticada com o intuito de não criar obstáculos desnecessários à pregação do evangelho.

Outro ponto que não deixar de estar sob o escrutínio do autor é a compreensão da violação da Lei Divina, quanto a isso ele ressalta a importância de buscarmos mais clareza para então definirmos o que de fato é pecado, que ao seu ver não é só a violação da Lei de Deus. Ainda sobre a questão da Lei, ele não deixa de comentar sobre a controversa questão das chamadas “obras da Lei”, ele não se delonga na tratativa, mas é consistente com suas análises faz referência na sua abordagem a outras obras de sua pena, bem como a outros estudiosos como Sanders, Marshall, Dunn, que podem ser de grande auxílio para um estudo mais aprofundado do tema.

Como todo aquele que se dedica a escrever sobre Paulo recentemente, também Schreiner trata sobre a chamada “nova perspectiva sobre Paulo”, ao tratar este tema, no entanto, o autor se vale essencialmente do pensamento de E.P Sander, talvez o precursor nessa área dos estudo paulinos.

Muitos são os temas abordados nesta excelente obra, logicamente não temos tempo ou mesmo por objetivos destacar todos, antes queremos que o leitor desta breve resenha tenha uma impressão de que o atraia para a leitura da obra em apreço. Ainda assim não quero me furtar de algo muito importante, a grande atenção dedicada a nos fazer enxergar com mais clareza a natureza

da vida crista. Ao tratar desses aspectos, ele não ignora as discussões em torno do texto da carta aos Romanos 7.7-25.

Caminhando para o fim, o autor nos conduz com muita clareza e habilidade, a olhar detidamente a visão gloriosa que Paulo tinha da igreja, do povo de Deus.

No epílogo o autor destaca o fundamento da teologia de Paulo, a centralidade de Cristo, destacando Filipenses 2.2-11 que registra a obra de Cristo, destacando sua humilhação e exaltação. Ele destaca que, no auto entrega amorosa de Jesus por pecadores, os que desprezam a Deus e sua glória, recebem, através da morte reconciliatória de Jesus Cristo, perdão dos pecados. Este Cristo, exaltado por Deus, concede aos reconciliados, o seu povo. o dom do Espírito que o capacita a viver para glória de Deus.

Por fim, ele destaca que Paulo compreendeu que a promessa de Deus feita à Abrão de abençoar todos os povos se realiza em Cristo, teologicamente Paulo rejeita a ideia de uma promessa restrita à Judeus, mas do que isso, ele vê judeus e gentios em condições de igualdade e sendo esse novo povo, formado por judeus e gentios, o locus da glória de Deus.

Para concluir, acrescento que esta é uma obra necessária. Consistente, abrangente – tanto ao não ignorar as discussões contemporâneas, quanto por considerar todos os escritos paulinos, por que não dizer profunda em alguns temas. O autor não deixa de expor sua visão sobre textos que trazem historicamente discussões quanto a interpretação correta, mas o faz sem ser prolixo e demasiadamente técnico, sendo indicado para pastores e estudantes de teologia, bem como para todo público que busca um conhecimento mais amplo e aprofundado sobre a vida e obra do apóstolo aos gentios.

Me. Wellington da Silva Barbosa

RESENHA

CLOWNEY, Edmund P. **Como Cristo transforma os Dez Mandamentos**. São Paulo: Vida Nova, 2024. ISSN 2965-5234

Edmund P. Clowney (1917-2005) nasceu na Filadélfia. A sua primeira formação teológica foi no Wheaton College no ano de 1939. Em 1992 ele se tornou mestre no Westminster Seminary. Dois anos depois, ele adquiriu o título de S.T.M na Yale University Divinity School e doutorou-se no Wheaton College em 1966. No período em que fazia o mestrado, ele foi ordenado como pastor e trabalhou na Orthodox Presbyterian Church por pelo menos quatro anos. Em 1956 foi convidado a ingressar como professor auxiliar no Westminster Seminary e após dez anos se tornou o presidente do Seminário, ficando no cargo até 1984. Depois desse ciclo ele assumiu o cargo ministerial na igreja Trinity Presbyterian Church. Passado um tempo, no ano de 1990 ele e sua esposa se transferiram para a Califórnia. Ali, trabalhou como professor adjunto no Westminster Seminary, Califórnia, e, onze anos depois, ele assumiu o cargo de pastor auxiliar na Christ the King Presbyterian Church. Passados dois (2002) anos de ministério, ele retornou para a sua cidade e se envolveu com mais um trabalho, desta vez como mestre na Trinity Presbyterian Church. Clowney morreu em 2005 no peito de sua esposa e sobre as orações da sua família.

Logo de cara é possível perceber o perfil do autor da obra. Ele foi um bom exemplo de pastor-teólogo. Isto é, em nenhum momento da sua jornada aqui na terra ele deixou de servir a igreja e o seminário. Isso serve de referência para muitos estudiosos contemporâneos que percebem em seu coração um amor muito grande pelas reflexões teológicas presentes em ambientes acadêmicos, ao mesmo tempo em que serve à sua igreja com a mesma disposição e amor. Portanto, este já seria um bom motivo para ler a obra e perceber como um teólogo da envergadura do Clowney conseguiu explicar a Escritura com a profundidade de um teólogo e com a simplicidade de um pastor.

Clowney também foi um excelente escritor. Além desta obra que é o objeto desta resenha, há outros textos publicados em português. O primeiro a ser destacado é o livro: *“Pregando Cristo em Toda a Escritura”* publicado por Edições Vida Nova no ano de 2021 e *“Encontrando Cristo no Antigo Testamento”* também publicado pela Vida Nova no ano de 2023. Um ano depois, o leitor brasileiro agora é agraciado com mais uma obra do pastor-teólogo Clowney e, sem sombra de dúvidas, para quem já leu as duas anteriores, certamente, se beneficiará com as conclusões do autor neste livro.

Logo no prólogo encontramos um relato da filha de Clowney, Rebecca Jones, compartilhando os bastidores da obra. É de se impressionar o quão encorajador foi ler as duas

páginas do seu resumido relato. Ela compartilhou que esse livro foi aprovado para a publicação dias antes da morte de Edmund. Inclusive, por estar muito debilitado, ele não conseguiu sequer assinar o contrato. Coube à sua esposa ajudá-lo com essa tarefa. Jones também comentou que o livro não surgiu de uma demanda acadêmica. Pelo contrário, segundo ela, o seu pai havia percebido a necessidade de formatá-lo, logo após ter doado todas as suas energias em aulas na escola bíblica dominical de sua igreja. Isto é, mesmo com o seu físico limitado, por conta da sua alta idade, Clowney não deixou de servir a igreja com o seu coração e com o seu intelecto. Portanto, esse breve relato, certamente servirá de encorajamento ao leitor que adquirir esse livro. Afinal, ele (o leitor) se encontrará diante de uma obra que foi escrita por um homem que deu tudo pela mensagem do Evangelho.

O livro é composto por doze capítulos e a sua estrutura pode ser dividida em três partes: (1) Introdução (2) Desenvolvimento e (3) Conclusão. Qualquer semelhança com a estrutura de um sermão é mera coincidência.

Na introdução ele inicia dizendo que as Leis dos dez mandamentos foram dadas por Deus para um povo específico e com um objetivo específico. Ao escrever isso ele tinha em mente diversas cenas de funcionários públicos americanos que estavam utilizando as Leis para fins seculares e comerciais. Ou seja, usavam as Leis ao mesmo tempo em que negavam o seu aspecto religioso. Porém, Clowney deixa claro que as Leis haviam sido dadas para o povo de Israel e eles deveriam cumprir com a sua parte do pacto a fim de serem reconhecidos como uma população diferente das demais de sua época.

Outrossim, as Leis haviam sido dadas a um povo que tinha acabado de experimentar a salvação provida pela mão de Yahweh e que caminhava por um caminho onde o seu fim seria o encontro com o grande Salvador. Ou seja, Deus havia demonstrado o seu amor por meio do seu pacto com Israel e, futuramente, ele manifestaria o clímax deste amor por meio da encarnação do seu Filho. Portanto, se não houvesse o Filho vindo ao mundo, certamente, não haveria uma lei específica para um povo que o próprio Deus havia chamado de seu.

O desenvolvimento pode ser dividido em duas partes, a primeira agrupando os quatro primeiros capítulos (2-5) e a segunda, agrupando os seis capítulos restantes (6-11).

Sobre o primeiro mandamento: “não terás outros deuses diante de mim” (Ex 20.1-3), Clowney disse que ele é “a base de todos os outros que vêm na sequência, pois nele Deus se autodefine, estabelecendo sua identidade e seu direito de proferir mandamentos para obedecermos” (p. 28). Nestes termos, essa Lei destaca a presença de um Deus Redentor que não só liberta o povo, mas o elege para que eles estejam diante dele e fossem guiados por Ele. No entanto, como esse mandamento se cumpriu em Jesus? Esse mandamento se cumpriu a partir do

momento em que o Senhor “desceu em Belém” (p. 30). A devoção do Filho pelo Pai demonstra o cumprimento. Mas, em Cristo o mandamento também é transformado. Isto é, agora todos os seus seguidores deveriam segui-lo. De outra forma, honrar este mandamento implica honrar a Jesus. Afinal, como disse o próprio Deus: —Este é o meu Filho amado, “ao ouvi-lo cumprimos o primeiro mandamento” (p. 36).

No segundo mandamento: ‘não farás para ti um ídolo’ (Ex 20.4-6), Clowney, com maestria, inicia o capítulo defendendo que existem imagens de Deus. Porém, a grande questão sobre essa temática é que essas imagens foram criadas por Ele. Nesse sentido, só Deus poderia fazer imagem de si mesmo. Mas, do que essas imagens são compostas? Ele defendeu que a imagem de Deus não pode ser reduzida apenas ao aspecto da alma, como muitos defendem. Segundo ele: “o homem em seu estado criado de corpo-alma é feito à imagem de Deus” (p. 41). Clowney continua mostrando que em Jesus esse mandamento se cumpriu, principalmente, quando ele respondeu à questão da moeda onde se encontrava a imagem de César. Ali, as obrigações junto ao estado deveriam ser obedecidas ao mesmo tempo em que as obrigações com o Deus altíssimo também deveriam ser obedecidas. Esse episódio ensina a consciência que o Filho tinha do Pai, consciência esta, que não seria demonstrada fisicamente, mas sim espiritualmente. Porém, em Jesus, esse mandamento também foi transformado: nele temos a imagem perfeita de Deus. Isto é, “o Pai nos ofereceu uma imagem verdadeira para a adoração, e seu ciúme é despertado se escolhermos qualquer coisa que não seja o Senhor Jesus encarnado como o foco de nossa adoração” (p. 49). Portanto, “a vinda de Cristo transforma o segundo mandamento em adoração” (p. 48) a Ele.

Sobre o terceiro mandamento: “não tomarás em vão o nome do Senhor” (Ex 20.7), Clowney inicia dizendo que a ideia do nome de Deus vai muito além “do que uma combinação de letras e sons” (p. 54). O ponto aqui tem mais a ver com a Sua presença do que com simples discursos. Nesse sentido, “é impossível dissociar o nome de Deus de sua pessoa” (p. 54). Mas como esse mandamento se cumpre em Jesus? Segundo o autor, o nome de “Jesus cumpre todas as promessas atribuídas ao nome de Deus no Antigo Testamento” (p. 58). Mesmo diante de um Deus que não compartilharia a sua glória com ninguém, no NT vemos ele compartilhando a sua glória com Jesus. Por fim, como esse mandamento é transformado? É possível identificar duas respostas de Clowney. Na primeira “Jesus transforma o terceiro mandamento ao revelar o nome de Deus como Pai” (p. 57). A seguir, ele reivindica o nome de Deus para si, afinal, “ele sabia que o nome de Deus era o dele” (p. 59).

Sobre o último mandamento do primeiro agrupamento, a saber: “Lembre-se do dia de sábado, para santificá-lo” (Ex 20.8-11), Clowney mostrou como o sábado havia sido instituído. Para ele, “Deus estava revelando ao povo um princípio sobre si mesmo e sobre o povo” (p. 67). O

sábado tinha sido instituído por vários motivos, entre eles, a provisão divina sobre o descanso corporal, o que demonstrava que Ele também se importava com o bem-estar do seu povo; e o segundo que foi ainda mais profundo: “o sábado deveria levar o povo ao senso de apreciação e satisfação ativa a Deus” (p. 68). No entanto, à medida que a história avança, torna-se óbvio que a terra física não seria esse descanso final. Nesse aspecto o descanso haveria de se cumprir em Jesus. O Filho foi tão significativo que chegou a afirmar ser o “dono do sábado” (p. 71). Sendo assim, ele não apenas cumpriu este mandamento, mas o transformou em si mesmo. A imagem do descanso em Canaã foi apenas uma imagem do descanso que Jesus traria. Em Cristo “já provamos o descanso e a paz encontradas em sua presença” (p. 74).

Chega-se ao fim do primeiro bloco de mandamentos. Nesse parágrafo serão destacado brevemente alguns pontos. O primeiro tem a ver com a forma do texto. Encontra-se do primeiro mandamento 23 parágrafos. No segundo 29, no terceiro 21 e no quarto 30. Isso demonstra uma certa uniformidade no tempo a ser gasto com a leitura. Isto é, o leitor certamente não levará muito tempo em cada capítulo assim como os ouvintes de Clowney não ficaram 3 horas ouvindo as suas aulas. Eis aqui um bom motivo para a leitura. Por fim, acredita-se que, no capítulo sobre o sábado, o autor poderia ter gastado mais tempo trabalhando o tema no contexto do AT, pois foi exatamente desta forma que ele desenvolveu os capítulos anteriores. Feito essas considerações, passe-se agora para o segundo agrupamento de mandamentos.

O mandamento que abre a segunda parte é: “honra teu pai e tua mãe” (Êx 20.12). Clowney abre o capítulo mostrando como Cristo transformou o mandamento. Segundo ele, Jesus inaugurou um conceito mais amplo de família. “Os membros da família redimida tratarão sua família terrena com respeito” (p. 82) porém o seu dever agora é honrar a sua família espiritual. “Toda a família, a igreja de Cristo, recebe o nome do Pai porque ela está unida ao seu Filho” (p. 83). Diante desse novo significado, corre-se o risco de honrar a nova família em detrimento da outra. Com isso, como o cristão conseguiria conciliar essas duas demandas? Clowney responde usando as palavras de Paulo: “Filhos obedecem aos seus pais no Senhor” (p. 84) e estar no Senhor representa estar no seu corpo que é a igreja. Portanto, Jesus transforma o quinto mandamento propondo aos filhos cristãos que eles: “não honrem apenas os pais, mas também os membros da igreja” (p. 86).

Sobre o sexto mandamento: “Não matarás” (Êx 20.13) ele desenvolve, de forma inteligência, o conceito de vida. Segundo ele, havia em seu tempo duas possíveis conclusões sobre a vida. (1) A vida está acima de qualquer verdade e inclusive de Deus e (2) a vida humana não é superior, e, portanto, ela deve ser igualada a qualquer outro tipo de vida (p. ex: animais, vegetais etc.). Clowney defende que a Escritura equilibra esses dois lados. Ao mesmo tempo que o homem não se encontra acima da verdade ou de Deus ele possui em si algo que o diferencia dos demais

seres da criação, a saber a imagem de Deus (p. 95). Uma vez esclarecido o conceito de vida, e Clowney desenvolve o cumprimento e a transformação feita em Jesus. Cristo cumpre a Lei dando a sua vida e a transforma dando mais profundidade ao ato de matar. “Jesus nos mostra a profundidade e a amplitude desse mandamento. Ele afirma que todo aquele que proferiu palavras iradas contra seu irmão corre o risco de ir para o inferno” (p. 98). Portanto, “o cristão não é chamado apenas para se abster do assassinato, mas também deve se agarrar à vida tendo comunhão com o Espírito vivificante por meio do poder da ressurreição de Jesus” (p. 101).

O sétimo, o oitavo e o nono mandamento são os mais longos do livro. Seguindo a sequência, o primeiro contém 32 parágrafos, o segundo 36 e o terceiro 40 parágrafos. Sobre o sétimo: “Não adulterarás” (Êx 20.14) Clowney afirma que Jesus “cumpre o mandamento” (p. 105) por ser Ele o único “verdadeiramente puro” (p. 110). E Cristo o transforma, pois, a partir da sua “obra a sua santidade seria agora a base de nossa justificação de pureza nesta área”. Isto é, todo esforço já foi feito por Jesus e o que cabe a nós é sermos santos nele. No oitavo mandamento “não furtarás” (Êx 20.15) Clowney afirma que Jesus cumpriu e transformou o mandamento a partir do momento em que Ele passou a ajudar o cristão “a colocar o seu coração no verdadeiro tesouro” (p. 121). Considerando o contexto do AT, a terra seria a herança do povo eleito. Porém em Cristo a herança que a igreja possui é ser reconhecida como Filho de Deus e o seu tesouro é ser guiado pelo Espírito. Por fim, o novo mandamento: “não darás falso testemunho” (Êx 20.16), Clowney inicia mostrando que o AT contém diversos exemplos de testemunhas falsas (Jezabel, Nabote, etc.). Ele também faz uma diferenciação entre testemunho e evidência, onde o primeiro envolve “pessoas e o segundo fatos” (p. 141). Por fim ele explora com muita habilidade a imagem do tribunal, tanto no contexto do AT quanto no NT. No primeiro, é possível notar objetos como testemunhas entre duas pessoas (cj. Nm 17.7; 1 Sm 15.12 e Gn 31.51-53a). Já no NT, conforme afirmou Clowney: “não se vê mais crentes erigindo pedras ou objetos como testemunhas” (p. 146). Uma das razões, ele continuou: “é que os próprios apóstolos trouxeram o testemunho do Senhor no poder do Espírito Santo” (p. 146). Mas como esse mandamento se cumpre e é transformado por Jesus? Clowney diz que: “a própria lei é mudada quando Cristo está no banco dos réus. Toda justiça é resumida e transformada na pessoa de Cristo” (p. 148). De outra forma, “ao transformar o nono mandamento, Jesus mostra como o cristão o guarda, em vida e em palavras. Ele os chama para um testemunho de evangelização” (p. 153).

Por fim o último mandamento, a saber: “não cobiçarás” (Êx 20.17) Clowney desenvolve o conceito do coração. Para ele o desejo não é ruim, como pensa, por exemplo, os budistas. No entanto, o que deve ser levado em consideração é a inveja, isto o desejo de possuir aquilo que já se tem dono ou que afasta o crente de servir a Deus com satisfação (p. 159). Quando Jesus cumpriu

e transformou esse mandamento, Clowney afirmou que ele: “não pediu menos desejo, mas ordenou que todo esse desejo estivesse direcionado ao reino de Deus e a sua justiça” (p. 159). Com outras palavras, a ideia aqui é enquanto se deseja as coisas oriundas da criação, o coração pulsa ainda mais pelas coisas do alto.

Chega-se ao fim do segundo bloco. Nesse momento será exposto algumas observações. A primeira se encontra no sexto capítulo quando Clowney desenvolveu o mandamento de honrar os pais. Conforme exposto na primeira seção do presente texto, o autor é de tradição presbiteriana. Com isso, no sexto capítulo, ele defende o batismo infantil. Isso certamente soará contrário as tradições que entende que o batismo se dá após a confissão de fé, como, por exemplo, é defendido pela tradição desse escritor (a tradição batista). No entanto, esse assunto compõe apenas uma subseção do capítulo e suas conexões com o todo, embora faça todo o sentido para um presbiteriano, não prejudica a compreensão do tema maior do capítulo que é demonstrar como o mandamento da honra aos pais se cumpre em Jesus. Por fim, pelo que parece faltou fôlego para Clowney desenvolver o seu último capítulo. A base desse argumento se finca no total de parágrafos escritos (16 parágrafos). É importante lembrar que essa obra foi produzida por alguém de idade avançada. Por consequência, esse foi o capítulo onde teve o menor número de fundamentação bíblica. Também, não se vê a profundidade tão peculiar dos capítulos anteriores. O que pode ser notado é um texto muito bem escrito, organizado e objetivo. O que já seria o suficiente para ler e compreender suas propostas.

Na conclusão do livro, Clowney sintetiza as ideias centrais dos capítulos e insere um hino composto pela compositora Charitie Lees Bancroft.

Por que deveríamos ler este livro? Conforme exposto, a obra de Clowney toca em temas que diariamente o cristão se esquece. O mundo pós-moderno fomentado pelos poderes das trevas busca distrair os eleitos de Deus com propagandas, famas e oportunidades de carreira e sucesso. Porém, na contramão desse universo cada vez mais cético e niilista, o leitor brasileiro tem em mãos a obra: Como Cristo transforma os dez mandamentos. Um livro que certamente trará repouso a todo angustiado, encorajamento a todo aquele que se vê parado e alimento para todo aquele que deseja cumprir a “boa dieta”. Por fim, esse livro deve ser leitura obrigatória em cursos de escola dominical e culto nos lares. E, em alguma medida ele serve como leitura obrigatória para os alunos que estudam ética cristã e vida cristã no seminário.

Idealização:



Apoio:

